



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE MUSEOLOGIA**

YASODARA TALISSA LEMOS BRITO

**Mobiliário de valor histórico e artístico em órgãos governamentais:
o caso do mobiliário de Anna Maria Niemeyer produzido para o
Palácio da Alvorada.**

**Brasília, DF
2023**

YASODARA TALISSA LEMOS BRITO

**Mobiliário de valor histórico e artístico em órgãos governamentais:
o caso do mobiliário de Anna Maria Niemeyer produzido para o
Palácio da Alvorada.**

Monografia apresentada à Faculdade de Ciência da Informação, da Universidade de Brasília – UnB, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Museologia.

Orientadora: Prof.^a Doutora Andréa Fernandes
Considera

Brasília, DF

2023

[Type text]

ANEXO III - FOLHA DE APROVAÇÃO**YASODARA TALISSA LEMOS BRITO****MOBILIÁRIO DE VALOR HISTÓRICO E ARTÍSTICO EM ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS: O CASO DO MOBILIÁRIO DE ANNA MARIA NIEMEYER PRODUZIDO PARA O PALÁCIO DA ALVORADA**

Monografia submetida ao corpo docente do Curso de Graduação em Museologia, da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília – UnB, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharelado em Museologia.

Aprovado por:

Andréa Fernandes Considera

Professora da Universidade de Brasília

Doutora em História - UnB

Fernanda Freitas Costa de Torres

Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Doutora em Ciência Florestal - UFV

Ana Lúcia de Abreu Gomes

Professora da Universidade de Brasília

Doutora em História Cultural - UnB



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Freitas Costa de Torres, Usuário Externo**, em 13/02/2023, às 17:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Andréa Fernandes Considera, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 13/02/2023, às 17:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lucia de Abreu Gomes, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 13/02/2023, às 17:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9318333** e o código CRC **C7D086FE**.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Lm Lemos Brito, Yasodara Talissa
Mobiliário de valor histórico e artístico em órgãos
governamentais: o caso do mobiliário de Anna Maria Niemeyer
produzido para o Palácio da Alvorada. / Yasodara Talissa
Lemos Brito; orientador Andréa Fernandes Considera. --
Brasília, 2023.
64 p.

Monografia (Graduação - Museologia) -- Universidade de
Brasília, 2023.

1. documentação museológica. 2. museologia. 3. mobiliário
moderno. 4. palácio da alvorada. 5. anna maria niemeyer. I.
Fernandes Considera, Andréa , orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, por me conduzir e iluminar ao longo do caminho, dando-me força e coragem.

À Universidade de Brasília por me proporcionar acesso ao conhecimento.

Aos professores do Curso de Museologia que contribuíram para minha formação acadêmica demonstrando a interdisciplinaridade do campo Museológico.

Aos meus amigos de curso, pelas experiências compartilhadas ao decorrer da graduação.

Aos meus amigos Museólogos e do trabalho que me ensinaram o ofício na prática, me acolheram e me deram suporte.

À minha mãe e ao Guilherme pelo apoio incondicional.

RESUMO

Esta monografia parte de uma pesquisa básica, com objetivo exploratório e abordagem descritiva, que visa definir a documentação museológica, conceituar a documentação de mobiliário e de mobiliário moderno. Com a finalidade de apresentar o Palácio da Alvorada, a concepção de seu mobiliário projetado por Anna Maria Niemeyer, o grupo de trabalho “GT Obras de Arte”, seu trabalho durante o processo de recuperação do mobiliário pertencente à ambientação original do Palácio da Alvorada, ficha de catalogação adotada pela Presidência da República e seus resultados.

Palavras-chave: documentação museológica; museologia; mobiliário moderno; palácio da alvorada; anna maria niemeyer.

ABSTRACT

This monograph starts from a basic research, with an exploratory objective and a descriptive approach, which aims to define the museological documentation, to conceptualize the documentation of furniture and modern furniture. In order to showcase the Palácio da Alvorada, the conception of its furniture designed by Anna Maria Niemeyer, the work group “WG Works of Art”, its work during the process of recovering the furniture belonging to the original setting of the Palácio da Alvorada, the cataloging card form adopted by the Presidency of the Republic and its results.

Keywords: museological documentation; museology; modern Furniture; alvorada palace; anna maria niemeyer.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1 - Poltrona “Wassili”, projetada por Marcel Breuer.....	26
Figura 2 - Capa da Revista Módulo, n°6.....	30
Figura 3 - Elevação e corte (primeiro projeto). Croqui de Oscar Niemeyer, 1956.....	31
Figura 4 - Capa da primeira edição, Revista Brasília, n°2.....	32
Figura 5 - Palácio Presidencial, Revista Brasília, n°1.....	33
Figura 6 - Palácio da Alvorada, Revista Brasília, n°8.....	34
Figura 7 - Palácio da Alvorada, Revista Brasília, n°9.....	35
Figura 8 - Palácio da Alvorada, Revista Brasília, n°17.....	36
Figura 9 - Poltrona projetada por Anna Maria Niemeyer 1.....	40
Figura 10 - Fotografia retratando poltrona projetada por Anna Maria.....	40
Figura 11 - Mesa de cabeceira projetada por Anna Maria Niemeyer.....	42
Figura 12 - Poltrona projetada por Anna Maria Niemeyer 2.....	51
Figura 13 - Ficha de catalogação adotada pela Presidência da República, primeira folha.....	52
Figura 14 - Ficha de catalogação adotada pela Presidência da República, segunda folha.....	54
Figura 15 - Mesa e cadeiras do Salão de banquetes, projetadas por Anna Maria Niemeyer, descaracterizadas.....	57
Figura 16 - Mesa e cadeiras do Salão de banquetes, projetadas por Anna Maria Niemeyer, após restauração.....	57

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ArPDF - Arquivo Público do Distrito Federal

Cidoc - Comitê Internacional para a Documentação

Novacap - Companhia Urbanizadora da Nova Capital

CUNCB - Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

GDH - Gabinete de Documentação Histórica

GT - Grupo de Trabalho

Icom - International Council of Museums

Ibram - Instituto Brasileiro de Museus

IFB - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

IMS - Instituto Moreira Salles

Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MAB - Museu de Arte de Brasília

MNBA - Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro

MP/USP - Museu Paulista da Universidade de São Paulo

PR - Presidência da República

TCU - Tribunal de Contas da União

UFG - Universidade Federal de Goiás

UnB - Universidade de Brasília

VPR - Vice-Presidência

[Type text]

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	3
RESUMO	4
ABSTRACT	5
LISTA DE FIGURAS E QUADROS	6
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	7
SUMÁRIO	8
INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 – DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA, DOCUMENTAÇÃO DE MOBILIÁRIO E MOBILIÁRIO MODERNO	12
1.1 Documentação Museológica	12
1.2 Documentação de Mobiliário	17
1.3 Mobiliário Moderno	22
CAPÍTULO 2 – PALÁCIO DA ALVORADA, MOBILIÁRIO DE ANNA MARIA NIEMEYER PARA O PALÁCIO DA ALVORADA E GT OBRAS DE ARTE	28
2.1 Palácio da Alvorada	28
2.2 Mobiliário de Anna Maria Niemeyer para o Palácio da Alvorada	38
2.3 GT Obras de Arte	45
CAPÍTULO 3 – RESULTADOS PRODUZIDOS PELO GT OBRAS DE ARTE	50
3 Resultados do GT Obras de Arte	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS	61

INTRODUÇÃO

Me lembro da primeira exposição que fui quando criança: ocorreu na Caixa Cultural Brasília, era uma exposição do artista Maurício de Souza onde os personagens principais de seus quadrinhos protagonizaram releituras de pinturas famosas e relevantes historicamente, onde também comprei o meu primeiro *souvenir*¹ temático de uma exposição e ao decorrer dos anos o interesse pela arte se intensificou.

Durante o ensino médio me foi confiada a liberdade para ir a lugares de meu interesse sem supervisão, confesso que não eram festas ou algo do tipo, mas sim eventos culturais e Museus. Foi também ao cursar o ensino médio que comecei a fotografar, ir aos Museus para fazer fotografias e ver objetos em exposição era meu hobby favorito. Ao fim do ensino secundário fui pega despreparada mente com a pergunta “Qual curso superior escolher?!”. Durante uma conversa com minha mãe ela me mostrou uma notícia do Correio Braziliense intitulada “Museologia, um curso para poucos”, logo surgiu um interesse espontâneo pelo curso, de forma irônica e sem pretensão o destino agiu quando conheci uma aluna do curso de Museologia que trabalhava na Biblioteca Central da Universidade de Brasília, no dia em questão ela me contou sobre o curso e suas futuras intenções para carreira profissional. No ano seguinte prestei o vestibular e passei para o curso de Museologia na Universidade de Brasília. Durante a graduação, ao cursar o quinto semestre me identifiquei com a documentação museológica na disciplina de “Informação e Documentação Museológica”, pertencente ao eixo dois de “Museologia e Informação”. Na mesma época pude aprender mais a respeito quando trabalhei no Gabinete Adjunto de Documentação Histórica do Gabinete Pessoal do Presidente da República, durante meu estágio na Presidência da República percebi na prática

¹ Palavra de origem francesa. Objeto vendido ou comprado para fazer lembrar algo ou alguém, geralmente um local.

"souvenir", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, [souvenir - Dicionário Online Priberam de Português](#) [consultado em 13-03-2022].

como a documentação museológica é crucial para a pesquisa, recuperação de informação e preservação de um objeto. Para este trabalho de conclusão de curso, incluí meu aprendizado, estudo e vivências, onde concluí que instituições governamentais guardam documentos inestimáveis que dizem respeito à história social, política e artística do nosso país. Muitas vezes os objetos que contam essa história acabam desvalorizados, esquecidos, não passam por pesquisas, não são documentados e alguns encontram seu fim guardados em galpões, fadados ao esquecimento. O ato de documentar um objeto é necessário para recuperação de informação, conservação e comunicação.

Em 2016 houve a criação do GT Obras de Arte (no qual tive a oportunidade de participar como estagiária), oriundo do Grupo de Trabalho (GT), regido por acordo de cooperação técnica, formado por representantes da Presidência da República, Vice-Presidência da República (VPR), Instituto Brasileiro de Museus, e Núcleo de Pesquisa, Conservação e Restauro de Mobiliário Moderno do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília. Entre 2016 e 2018 o GT Obras de Arte produziu um modelo de ficha para catalogação, efetuou o inventário, fotografia, descrição física, patrimonial e de conservação, valoração e restauração do mobiliário dos Palácios e das Residências Presidenciais. O mobiliário moderno de interesse histórico, artístico e cultural para o País e para a história do design industrial, foi selecionado por especialistas em mobiliário moderno, contratados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB), para realizarem a catalogação, restauração e valoração do mobiliário.

No decorrer da pesquisa realizada para o reconhecimento do mobiliário da Presidência da República, foi identificada a existência de documentos produzidos por Anna Maria Niemeyer² durante seu trabalho para Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap) e para o escritório de Oscar Niemeyer, onde a design projetou a decoração e o mobiliário para ambientação do Palácio da

² Anna Maria Niemeyer (Rio de Janeiro, 1930 - Rio de Janeiro, 2012) filha de Oscar Niemeyer, trabalhou como decoradora e designer. Nos anos sessenta atuou como decoradora para Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), onde foi responsável pela decoração do Palácio do Planalto, Supremo Tribunal Federal, Palácio da Alvorada e Congresso Nacional. Em 1977, fundou a Galeria Anna Maria Niemeyer, localizada no Rio de Janeiro.

[Type text]

Alvorada. Com informações coletadas por meio de pesquisa intrínseca e extrínseca, o GT terminou seu trabalho em 2018, um dos resultados foi a reconstituição, o mais próximo possível, da decoração e dos móveis projetados para o Palácio da Alvorada na época de sua construção.

Com esta concepção, a partir de coleta documental e pesquisa, farei um relato de experiência sobre a atuação do GT Obras de Arte durante o processo de inventário, catalogação e restauração do mobiliário com autoria de Anna Niemeyer para o Palácio da Alvorada e apresentarei os resultados obtidos.

CAPÍTULO 1 – DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA, DOCUMENTAÇÃO DE MOBILIÁRIO E MOBILIÁRIO MODERNO

Neste primeiro capítulo, que está dividido em três partes, apresento a definição de documentação museológica de acordo com a revisão de literatura utilizada como base para produzir esta pesquisa, a documentação empregada ao mobiliário em instituições museológicas e o conceito de mobiliário moderno.

1.1 Documentação Museológica

A construção do documento/objeto é iniciada a partir da investigação, o documento é estabelecido antes da musealização³, dá-se início no momento em que o Museólogo indaga o objeto, visando obter respostas de suas informações intrínsecas e extrínsecas, o constituindo como documento, detentor de informações. Segundo Chagas (1994), a construção teórica da documentação na Ciência da Informação, de forma interdisciplinar, se distingue, pela relação entre sujeito, espaço, bem, cultura e como ele os articula com o conceito de patrimônio, memória, preservação, comunicação e investigação.

Qual é a origem do documento? De acordo com o historiador Jacques Le Goff, no livro “História e Memória” de 1924, o documento, escolha do historiador e o monumento, herança do passado, são frutos de uma memória coletiva. O documento e o monumento não são qualquer evento ocorrido no passado; se distinguem como um produto da sociedade, fabricado conforme as relações de forças que detinham poder. Ao historiador cabe realizar a análise do documento. O monumento é caracterizado como um sinal do passado, evoca o passado, nos

³ Conjunto de processos onde o objeto é privado de sua função original e, uma vez revestido de novos significados, adquire a função de documento.
[Type text]

fazendo recordar de acontecimentos através da materialidade. Possui duas definições:

Mas desde a Antiguidade romana o monumentum tende a especializar-se em dois sentidos: 1) uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura: arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico, etc.; 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte. (LE GOFF, 1984, p.447)

O documento fundamenta o fato histórico, é uma prova histórica, antes caracterizado apenas por registros físicos escritos, passa por uma ampliação a partir do século XX:

Os fundadores da revista "Annales d'histoire économique et sociale" (1929), pioneiros de uma história nova, insistiram [Pg. 540] sobre a necessidade de ampliar a noção de documento: "A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. (LE GOFF, 1984, p. 450).

No campo museológico podemos definir como documento todo suporte que nos comunique informações. De acordo com Chagas (1994) um documento se constitui quando fazemos perguntas ao objeto.

Um documento se constitui no momento em que sobre ele lançamos o nosso olhar interrogativo; no momento em que perguntamos o nome do objeto, de que matéria prima é constituído, quando e onde foi feito, qual o seu autor, de que tema trata, qual a sua função, em que contexto social, político, econômico e cultural foi produzido e utilizado, que relação manteve com determinados atores e conjunturas históricas etc. Todo e qualquer objeto, como é amplamente reconhecido, apresenta dados extrínsecos e intrínsecos. (CHAGAS, 1994, p. 35)

A concepção de documento ultrapassa o suporte físico escrito, todo suporte de informação pode ser definido como documento, "qualquer objeto pode funcionar

[Type text]

como documento e mesmo o documento de nascença pode fornecer informações jamais previstas em sua programação” (MENESES, 1998, p. 95). Hernández também afirma que “[...] em todo caso, qualquer suporte pode conter determinado conhecimento e servir de meio de transmissão desse conhecimento” (HERNÁNDEZ, 2006, p. 163).

Apesar de serem áreas científicas distintas, o historiador e o museólogo possuem correlações ao definirem o objeto como documento. Para Chagas (1994), o objeto (não se caracterizando unicamente como objeto tridimensional) detentor de informações passa a ser considerado como documento quando analisado pelo profissional. Para Le Goff (1984) o documento é um produto do passado, produzido pelo homem, que exprime o homem, relacionando sua existência multifacetada e seu espaço. Definindo como documento o suporte que fala por si mesmo, independente de sua constituição física. Para ambos o documento não possui uma forma inflexível, o documento se distingue como todo suporte de informação, de forma indeterminada.

O Museu é uma ferramenta de desenvolvimento que exerce sua função a serviço da sociedade⁴. Como representante da sociedade e sua história, o Museu reconhece e adquire o objeto quando a comunidade o aponta como detentor de valor, o legitimando como bem cultural. No âmbito da Museologia, após o período inicial de investigação, no momento em que é adquirido pela instituição cumpre-se o procedimento de musealização, onde o objeto perde sua função original, recebe a função de documento e passa a ser comunicador de suas informações. Segundo

⁴ Mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo: Mesa Redonda de Santiago de Chile, 1972 / José do Nascimento Junior, Alan Trampe, Paula Assunção dos Santos (Organización). – Brasília: Ibram/ MinC; Programa Ibermuseos, 2012. v.1 ; 235 p. ; 31 cm. Disponível em:<http://www.ibermuseus.org/wp-content/uploads/2014/09/Publicacion_Mesa_Redonda_VOL_I.pdf>. Acesso em: 20/04/2022.

Meneses (1994), a transformação do objeto em documento é o eixo da tarefa da musealização. O ato de musealizar é um processo, neste processo o objeto passa pela aquisição, pesquisa, documentação, conservação e comunicação/exposição (CURY, 2005). Para Lara Filho (2009) o objeto assume função documental e ao assumir as consequências dessa transformação, o museu passa a trabalhar não só com bens materiais, mas também com bens simbólicos.

Seguindo os conceitos apresentados, no âmbito do Museu, todo objeto é detentor/comunicador de informações. A documentação museológica, fator primordial para se cumprir os três eixos da Museologia, é um conjunto de documentos resultante do processo de tratamento das informações comunicadas pelo objeto, informações intrínsecas e extrínsecas, o acompanhando desde sua entrada até sua exposição.

A documentação de acervos museológicos é o conjunto de informações sobre cada um dos seus itens e, por conseguinte, a representação destes por meio da palavra e da imagem (fotografia). Ao mesmo tempo, é um sistema de recuperação de informação capaz de transformar, como anteriormente visto, as coleções dos museus de fontes de informações em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento. (FERREZ, 1991, p.1)

A partir dos conceitos de Helena Ferrez (1991), serão mencionados abaixo sete fatores básicos para exemplificar um sistema eficiente de documentação museológica, são eles:

1. clareza e exatidão dos dados;
2. definição dos campos de informação que irão compor a base de dados do sistema;
3. normas e procedimentos;
4. controle de terminologia;
5. catálogos;
6. numeração dos objetos;
7. segurança da documentação.

[Type text]

Assim, ao analisar os fatores apresentados acima, é possível identificar que a documentação foge do princípio de ser apenas um conjunto de informações e se torna única quando sua função é estruturada de acordo com a missão da instituição, atendendo suas necessidades, configurando o documento como fonte de informação administrativa, comunicacional e de pesquisa.

De acordo com Loureiro (1998), a documentação em museus não se restringe em estabelecer controle sobre o histórico do artefato, se distingue como fonte de pesquisa indispensável para o desenvolvimento de exposições e outras atividades. Bottallo (2008), em concordância com Loureiro (1998), declara que a documentação museológica amplia e democratiza o conhecimento gerado por meio de um sistema de recuperação que utiliza uma metodologia clara, efetuando a coleta, organização, armazenamento e comunicação do acervo. Portanto

a Documentação Museológica é um sistema e, por isso, exige rigor metodológico. O sistema da Documentação Museológica vai além da reunião de postulados que regulam a ordem de identificação dos fenômenos museológicos. Também não se limita a ser um método de classificação de um conjunto observável. Mas, acima de tudo, trata de um conjunto de princípios que ao serem reunidos e combinados por meio de coordenadas pré-estabelecidas formam um corpo de doutrina. A busca, o registro e a disponibilização das informações sobre o acervo devem ser feitas de maneira padronizada de acordo com normas pré-estabelecidas. É dessa forma que podemos torná-las acessíveis de maneira ampla, fidedigna e, portanto, verdadeira, seja como fonte, ou como produto. (BOTTALLO, 2008, p. 52)

A autora continua seu pensamento, destacando que “o museu há muito deixou de focar suas ações apenas na preservação dos objetos e se tornou o lócus no qual o ser humano pode reconstruir processos identitários.” (BOTTALLO, 2008, p. 52). Como um produto da ação humana, o Museu a partir da documentação museológica amplia e democratiza todo o conhecimento gerado no interior da organização.

Podemos concluir que a documentação museológica é um sistema de recuperação de informação único, seguro, padronizado e controlado. Pensado e executado de acordo com a finalidade da instituição ao qual pertence e seu acervo.
[Type text]

É uma fonte de pesquisa científica, veículo detentor de informação, para ações administrativas, de conservação e comunicação. Acompanhando o objeto desde o princípio de sua aquisição pelo Museu até sua exposição ao público, fazendo-se cumprir a função social da instituição ao promover a democratização do conhecimento gerado e instigando futuras pesquisas científicas.

1.2 Documentação de Mobiliário

Neste tópico, dando continuação a conceituação de documentação museológica, de acordo com a revisão de literatura, irei enfatizar a documentação de mobiliário e seu conjunto de orientações.

O Comitê Internacional para a Documentação (Cidoc), pertencente ao International Council of Museums (Icom), define⁵ a documentação museológica como o conjunto de registros que documentam a origem, a história, a aquisição e a trajetória antes e depois da musealização de todos os objetos do acervo. Dentre os processos de registros pertencentes à documentação se encontram os termos de aquisição, documentos de origem e procedência, ficha de catalogação, relatório de conservação, mídias e pesquisas produzidas pelo museu ou pelos proprietários anteriores.

A documentação em museus envolve o desenvolvimento e a utilização de informações sobre os objetos que fazem parte do acervo e os procedimentos que auxiliam a sua administração. Essas informações deverão ser registradas por escrito ou inseridas no sistema informatizado de documentação do museu, devendo ser acessíveis aos funcionários, pesquisadores e ao público em geral. Com uma documentação eficiente, o museu poderá facilitar o desenvolvimento dos seguintes processos: • políticas de acervo; • cuidados e prestação de contas em relação ao acervo; • acesso, interpretação e utilização do acervo; • pesquisa do acervo. (CIDOC/ICOM, 2014, p.19)

⁵ COMITÊ INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO; CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS. Declaração dos princípios de documentação em museus e diretrizes internacionais de informação sobre objetos: categorias de informação do Cidoc. São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo, 2014.

[Type text]

Segundo a Resolução Normativa nº6, de 31 de agosto de 2021⁶ do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), que estabelece os elementos de descrição dos acervos museológicos, bibliográficos e arquivísticos, os elementos descritivos para identificação de bens de caráter museológico são:

I - número de registro - informação obrigatória do registro individual definido pelo museu para identificação e controle do objeto dentro do acervo; II - outros números - informação facultativa de numerações anteriores atribuídas ao objeto, tais como números antigos e números patrimoniais; III - situação - informação obrigatória da situação em que se encontra o objeto, o seu status dentro do acervo do museu, com a marcação das seguintes opções: a) localizado; b) não localizado; c) excluído; IV - denominação - informação obrigatória do nome que identifica o objeto; V - título - informação facultativa da denominação dada ao objeto atribuído pelo autor, curador ou pelo profissional da documentação; VI - autor - informação obrigatória do nome do autor do objeto (individual ou coletivo); VII - classificação - informação facultativa da classificação do objeto segundo o "Thesaurus" para Acervos Museológicos ou outros vocabulários controlados; VIII - resumo descritivo - informação obrigatória do resumo da descrição textual do objeto, apresentando as características que o identifique inequivocamente e sua função original; IX - dimensões - informação obrigatória das dimensões físicas do objeto, considerando-se as medidas bidimensionais (altura x largura), tridimensionais (altura x largura x profundidade), circulares (diâmetro x espessura) e peso; X - material/técnica - informação obrigatória dos materiais do suporte que compõem o objeto, hierarquizando sempre a sua maior área confeccionada/manufaturada e a técnica empregada na sua manufatura; XI - estado de conservação - informação obrigatória do estado de conservação em que se encontra o objeto, na data da inserção das informações; XII - local de produção - informação facultativa da indicação geográfica do local onde o objeto foi confeccionado; XIII - data de produção - informação facultativa da data ou período de confecção/produção/manufatura do objeto; XIV - condições de reprodução - informação obrigatória com a descrição das condições de reprodução do objeto, indicando se há alguma restrição que possa impedir a reprodução/divulgação da imagem do objeto nos meios ou ferramentas de divulgação; e XV - mídias relacionadas - informação facultativa acerca da inserção de arquivos de imagem, sons, vídeos e/ou textuais relacionados ao objeto. §2º Elementos de descrição para identificação do bem cultural de caráter bibliográfico: I - número de registro - informação obrigatória do registro individual definido pela biblioteca do museu para identificação e controle do exemplar dentro do acervo; II - outros números - informação facultativa da numeração anterior atribuída ao objeto, tais como números antigos e números patrimoniais; III - situação - informação obrigatória da situação em que se encontra o objeto, ou seja, seu status dentro do acervo da biblioteca do museu com a marcação das seguintes opções: a) localizado; b) não localizado; c) excluído; IV - título - informação obrigatória do título principal, do subtítulo, da série ou da coleção e da edição para os casos que houver; V - tipo - informação obrigatória da Designação Geral do

⁶Resolução Normativa nº6, de 31 de agosto de 2021. Disponível em: <[Resolução Normativa Ibram nº 6, de 31 de agosto de 2021](#)>. Acesso em: 15/12/2022.

Material (DGM) com as informações a cerca da classe geral do material que pertence o objeto (mapa, livro, periódico e outros); VI - identificação de responsabilidade - informação obrigatória de todos os responsáveis pela obra, tais como: autor, ilustrador, entidade responsável, editor e outros; VII - local de produção - informação obrigatória da indicação geográfica do local onde a obra foi publicada; VIII - editora - informação obrigatória do nome da editora ou distribuidora da obra; IX - data - informação obrigatória da data de publicação da edição; X - dimensão física - informação obrigatória do tamanho do objeto e da extensão do item de acordo com a terminologia sugerida no próprio objeto, em números arábicos correspondentes ao número das partes físicas tais como: páginas, folhas, lâminas, cadernos; XI - material / técnica - informação obrigatória das características físicas do objeto, como materiais do suporte no qual é constituído, presença de ilustrações e materiais adicionais; XII - encadernação - informação obrigatória das características físicas da encadernação referentes às obras raras; XIII - resumo descritivo - informação obrigatória da descrição textual do objeto apresentando as características que o identifique, inequivocamente, assim como sua função original; XIV - estado de conservação - informação obrigatória do estado de conservação em que se encontra o objeto na data da inserção das informações; XV - assunto principal - informação obrigatória dos termos que indicam os assuntos principais tratados pelo objeto; XVI - assunto cronológico - informação facultativa dos termos que indicam o período tratado pela obra, caso haja; XVII - assunto geográfico - informação facultativa dos termos que indicam a área geográfica tratada pela obra, caso haja; XVIII - condições de reprodução - informação obrigatória das condições de reprodução do bem cultural, informação se há alguma restrição que possa impedir a reprodução/divulgação da imagem do bem em meios ou ferramentas de divulgação; e XIX - mídias relacionadas - informação facultativa acerca da inserção de arquivos de imagem, sons, vídeos e/ou textuais relacionados ao objeto.

Para realizar o preenchimento adequado dos campos da documentação museológica utilizamos para a classificação dos acervos o Tesauros, que consiste em um vocabulário com terminologia estruturada para documentação museológica. Visto que foi referido acima, no campo de “classificação”, segundo a Resolução Normativa nº6/2021, devemos utilizar o “Tesauros de Objetos do Patrimônio Cultural nos Museus”⁷, escrito por Helena Dodd Ferrez, ou outros vocabulários controlados. Ao aplicarmos a terminologia controlada efetuamos a recuperação da informação, evitando posteriormente a inacessibilidade. Como comentado, ao identificar e descrever os objetos de acordo com sua categoria utilizando uma metodologia clara estruturamos um sistema de recuperação eficaz.

⁷Tesauros de Objetos do Patrimônio Cultural nos Museus. Disponível em: <<https://www.tesauromuseus.com.br/>>. Acesso em 15/12/2022.

[Type text]

Durante a pesquisa foi constatado que existem poucas publicações sobre documentação de mobiliário, a maior parte das publicações são resultantes de pesquisas ou trabalhos realizados em Museus que possuem móveis em suas coleções, essas coleções em geral não abrangem móveis do século XX. Ao utilizarmos publicações na área de documentação de mobiliário em conjunto com as normas de documentação como referência, podemos aplicar os elementos descritivos, tornando congruente o preenchimento dos campos de acordo com sua finalidade, tipologia e período de fabricação.

Abaixo irei explicar com quais dados devem ser preenchidos os campos pertencentes a documentação de mobiliário que se diferenciam das demais tipologias e adicionarei campos importantes para documentação de mobiliário que não são referenciados pelas normas do Cidoc, Icom e Ibram. Ao todo serão apresentados cinco campos, para tal fim, utilizarei como base a publicação “Normas de Inventário Mobiliário - Artes Plásticas e Artes Decorativas”⁸ de Elsa Garrett Pinho e Inês da Cunha Freitas. A publicação em questão se refere ao inventário de móveis portugueses, não abrangendo o mobiliário ao longo do século XX, embora possua “orientações para procedimentos que se podem estender a todo tipo de móveis” (PINHO; FREITAS 2004).

1. Descrição: ao fazer a descrição de uma peça de Mobiliário, devemos seguir uma ordem, iniciando pela parte frontal exterior do móvel, de cima para baixo, da esquerda para direita (de quem descreve), seguindo para as costas do móvel. Por último, na parte externa devemos descrever as ferragens do móvel, seguido da parte interior, de cima para baixo e da esquerda para direita.
2. Histórico ou função inicial/alterações: o histórico do objeto desde sua fabricação até sua musealização o conceitua perante a sociedade e “convém recordar que os bens culturais móveis de valor histórico-artístico podem sofrer

⁸Normas de Inventário Mobiliário - Artes Plásticas e Artes Decorativas. Disponível em: <[Normas de Inventário - Normas Gerais - Artes Plásticas e Artes Decorativas | Centro de Documentação | IBERMUSEUS](#)>. Acesso em: 22/12/2022.

[Type text]

alterações mais ou menos profundas que lhes alteram a função inicial, devendo estes dados ser registados em campo próprio.” (PINHO; FREITAS 2004).

3. Inscrição: fonte de informação intrínseca, podendo ser qualquer referência textual incisa, gravada ou pintada, impressa ou estampada no suporte do móvel. A inscrição deverá ser documentada por meio de foto, identificada e transcrita para a documentação do móvel.
4. Estilo/escola: refere-se somente a objetos que possuem características ou decorações posteriores à época que lhe dá o nome. Exemplo: Escola de Bauhaus.
5. Dimensões: internacionalmente a medida adotada é o centímetro. Para o peso a medida é em gramas e para objetos de grande porte a medida é em quilogramas. Um móvel deve sempre ser medido a partir das zonas mais salientes, assim como devemos medir suas ferragens, também devemos especificar suas dimensões aberto e fechado. Quando composto por mais de um elemento, é necessário indicar primeiro sua dimensão total, em seguida a dimensão de cada elemento. Deve-se medir o móvel sem adereços que foram acrescentados posteriormente e que não façam parte da estrutura original. Os acréscimos devem ser anotados no campo “outras dimensões”. Objetos organizados segundo um eixo vertical usam-se os termos: altura, largura, e profundidade. Objetos organizados segundo eixo horizontal usam-se os termos: altura, comprimento (para maior dimensão horizontal) e largura (para menor dimensão horizontal). A espessura e o diâmetro, serão consideradas dimensões complementares, devendo ser registradas individualmente.

1.3 Mobiliário Moderno

Neste último item do capítulo, será abordado o conceito de mobiliário no período Moderno, apresentando a concepção de unidade entre arquitetura, espaço e móvel, de acordo com movimento artístico.

As diretrizes estéticas como unidade fundamental de um estilo artístico empregado no designer de mobiliário tem seu início na *Art Nouveau*⁹, entre 1890-1910, em conjunto com o período industrial ocorrido na Europa entre os séculos XVIII e XIX. Nessa época, William Morris (1834-1896) defendia que a arquitetura compreendia todo o ambiente físico do homem, mantendo uma relação única de concepção entre a arquitetura e a decoração.

Para ele, arquitetura compreendia todo o ambiente físico do homem. Por isso, procurou um método no qual cada elemento do projeto mantinha uma relação conceitual com os demais. Elaborou com um grupo de amigos a “Red House”, onde ensaiou esses ideais executando desde o projeto arquitetônico até a decoração. Demonstrou, então, a tese de que um edifício poderia ser um trabalho de arte, se a arquitetura estivesse intimamente relacionada com as outras artes (ACAYABA, 1994, p.09).

Observamos assim, o início de uma continuidade estrutural, desde a arquitetura ao mobiliário e ornamentos que caracterizam o espaço de forma semelhante.

Devido ao desenvolvimento gerado pela Revolução Industrial, ocorreram modificações nos processos utilizados em produções artísticas, assim, se iniciava o uso de materiais industrializados e máquinas no fazer artístico. Morris ia em desacordo com as novas práticas adotadas, se identificava com a ideia de que o artista para ser considerado como tal deveria criar e executar o artefato manualmente. Esse pensamento é justificado pelo receio de que a utilização de máquinas na criação e execução transformasse artistas em decoradores comuns.

⁹ O Art Nouveau ou Arte Nova foi um movimento artístico que surgiu no final do século XIX na Bélgica, ocorrendo entre 1880 e 1920, aproximadamente. Existia na sociedade em geral o desejo de buscar um estilo que refletisse e acompanhasse as inovações da sociedade industrial.

[Type text]

Dando continuidade ao pensamento de Morris, John Ruskin (1810-1900) declarou que “o homem deveria realizar seu trabalho manualmente e com alegria. Dedicando sua arte a Deus como os homens da Idade Média.” (ACAYABA, 1994). Apesar de seu temor, com o passar do tempo, Morris percebeu que a arte produzida pelo artista/artesão aumentava o valor do produto, tornando o acesso à arte possível apenas para uma minoria. Devido ao ideal socialista, Morris concluiu que “a máquina poderia ser empregada se dominada pelo espírito humano. Reconheceu, então, que o design não era apenas uma questão estética, mas parte integral de um problema social maior” (ACAYABA, 1994, p.09).

A arquitetura do Art Nouveau deriva em grande parte da ideologia de Morris, e assim se liga a toda problemática da produção: móveis, alfaias, papéis de parede. Estabelece-se uma continuidade estilística entre o espaço interno e o espaço externo, também favorecida pelas novas técnicas que, superando a relação estática tradicional, permitem que o vazio prevaleça sobre o cheio. (ARGAN, 1999, p. 189).

Por outro ângulo, com a ocorrência do movimento urbano¹⁰ devido ao rápido crescimento demográfico, oriundo da Revolução Industrial, viu-se a necessidade de construir e modificar as cidades para adequá-las ao

grande número de pessoas que, abandonando os campos, procurava trabalho nas indústrias urbanas, dando lugar à formação de um grande proletariado urbano que não encontrava espaço nas estruturas velhas das cidades burguesas (ARGAN, 1999, p. 186).

Enquanto engenheiros trabalhavam no desenvolvimento de tecnologias para construções, os arquitetos procuravam entender o fenômeno das criações provenientes das máquinas, buscando produzir a partir dos resultados em massa novas linguagens estéticas. Segundo Acayaba (1994), o período foi marcado pela expressão “estética da máquina” e fez surgir novas expressões como “singelo”, “racional” e “padronizado”.

¹⁰ Ciência moderna, resultante da convergência entre diversas disciplinas (sociologia, economia e arquitetura), não deve ser confundida com a antiga arquitetura urbana. Ela nasceu da necessidade de enfrentar metodicamente os graves problemas determinados pela modificação do fenômeno urbano, devido a “Revolução Industrial”, e pela consequente transformação da estrutura social, da economia e do modo de vida. (ARGAN, 1999, p. 185)

Com o início da Primeira Guerra Mundial em 1914 chega também a queda da *Belle Époque*¹¹ e a *Art Nouveau*. Assim o Modernismo se manifesta entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, trazendo consigo novas correntes e movimentos artísticos com a finalidade de fazer arte em conformidade com sua época.

Por volta de 1910 quando o entusiasmo pelo progresso industrial sucedeu-se a consciência da transformação em curso nas próprias estruturas da vida e da atividade social, formar-se-ão no interior do Modernismo as vanguardas artísticas preocupadas não mais apenas em modernizar ou atualizar, e sim em revolucionar radicalmente as modalidades e finalidades da arte (ARGAN, 1999, p. 185).

Os Vanguardistas¹², negam a arte pura, acreditam que a existência humana deva estar acima da arte, retirando o caráter sagrado da arte e a aplicando à vida material por meio de suas produções artísticas. Segundo Argan (1999, p. 324), os artistas deveriam tornar “explicitamente a função social da arte como uma questão política”. A busca pelo *Zeitgeist*¹³ se tornou parte do Movimento Moderno com a finalidade de alcançar o âmago da arte, gerando mudanças nas concepções estéticas, dando forma a um estilo abstrato, retilíneo e ligado à estrutura.

Sob o termo genérico Modernismo resumem-se as correntes artísticas que, na última década do século XIX e na primeira metade do século XX, propõem-se a interpretar, apoiar e acompanhar o esforço progressista, econômico tecnológico, da civilização industrial. São comuns as tendências modernistas: 1) a deliberação de fazer uma arte em conformidade com sua época e a renúncia à invocação de modelos clássicos, tanto na temática como no estilo; 2) o desejo de diminuir a distância entre as artes “maiores” (arquitetura, pintura e escultura) e as “aplicações” aos diversos campos da produção econômica (construção civil corrente, decoração, vestuário etc.); 3) a busca de uma funcionalidade decorativa; 4) a aspiração a um estilo ou linguagem internacional ou europeia; 5) o esforço em interpretar a espiritualidade que se dizia (com um pouco de ingenuidade e um pouco de

¹¹ A Belle Époque ou Bela Époque, foi um período otimista e boêmio, usufruído principalmente pelas potências ocidentais, sobretudo as europeias, entre 1871 e 1914, trouxe consigo inovações para arte, ciência, medicina e política.

¹² A palavra vanguarda vem do francês *Avant Garde*, "guarda da frente" que é uma referência ao batalhão militar que precede as tropas em ataque durante uma batalha. Vanguarda seria, deste modo, aquilo que guia, que está na frente.

¹³ Termo da língua alemã cuja tradução literal é “espírito do tempo”. Significa, em suma, o conjunto do clima intelectual e cultural do mundo, numa certa época, ou as características genéricas de um determinado período de tempo.

hipocrisia) inspirar e redimir o industrialismo. Por isso, mesclam-se nas correntes modernistas, muitas vezes de maneira confusa, motivos materialistas e espiritualistas, técnicos-científicos e alegórico-poéticos humanitários e sociais. (ARGAN, 1992, p.185)

Em 1919, Walter Gropius (1883-1969) fundou a *Bauhaus*¹⁴, na cidade de Wimer, Alemanha. Para Gropius, a escola é o núcleo formador da sociedade, efetuando seu papel ao desenvolver uma comunidade democrática e inclusiva, onde todas as artes se interligam. A *Bauhaus* uniu disciplinas como a pintura, escultura, arquitetura e o desenho industrial, formando arquitetos e designers. Assim, se estabeleceu uma ideia de unidade na constituição da cidade que é transmitida por um sistema de comunicação.

Constituem comunicação: o traçado da cidade; as formas dos edifícios, dos veículos, dos móveis, dos objetos, das roupas, a publicidade; as marcas de fábrica; o invólucro das mercadorias; todos os tipos de artes gráficas; os espetáculos de teatro, cinema e esportes. Tudo o que se inclui no vasto âmbito da comunicação visual é, na *Bauhaus*, objeto de análise de projeto (ARGAN, 1999, p. 271).

No âmbito da *Bauhaus* a relação entre a arte e a indústria se estreitaram, o desenho industrial racionaliza e determina desde o plano urbanístico de uma cidade, ao edifício e o móvel da casa. A pesquisa analítica da padronização na fabricação de objetos e a adequação da função do móvel deu origem aos móveis hoje conhecidos como mobiliário moderno. Marcel Breuer (1902- 1962), designer formado na *Bauhaus*, criou os móveis em aço tubular em 1925, levando em consideração a nova relação entre pessoa, móvel e casa.

A questão possuía um aspecto prático econômico: em casas reduzidas ao “mínimo da existência”, os móveis não podem ser maciços, volumosos, pesados. Os móveis em tubos metálicos são leves, quase imateriais: são econômicos por serem facilmente produzidos em série: são feitos com materiais de baixo custo, mas não são vulgares, não aceitam ornamentos. (ARGAN, 1999, p. 279).

Assim, pela primeira vez, Breuer uniu a utilidade e a arte em linha com o modernismo, ao adotar o linearismo que deu funcionalidade à arte de forma cômoda

¹⁴ *Bauhaus* significa “casa da construção”.

[Type text]

e agradável. Seus designers significaram e influenciaram o mobiliário no período moderno.

Figura 1: Poltrona “Wassili”, produzida por Marcel Breuer.



Fonte: Wikipedia¹⁵

Em outro contexto, no Brasil, a produção de móveis modernos empregava materiais diferentes, mesmo que a utilização da madeira tenha sido criticada pela *Bauhaus*, o cenário do mobiliário moderno brasileiro se constituiu com materiais disponíveis no país, por isso, podemos observar móveis de designers brasileiros em metal e madeira.

O uso do móvel tubular cromado, no móvel moderno brasileiro esteve presente na produção de John Graz, nos anos 30, remetendo-se assim a uma das primeiras tendências internacionais da época. Nos anos 50 o arquiteto Paulo Mendes da Rocha projetou cadeiras empregando o tubo de aço, Geraldo Barros também se utilizou dessa matéria-prima em muitos de seus assentos e mais recentemente Sérgio Rodrigues também associou à madeira o uso de tubos de aço. (SANTOS, 1995, p. 33).

¹⁵ Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Wassily_Chair>. Acesso em: 01/02/2022

Mantendo o conceito de design total¹⁶ proveniente dos ideais da *Bauhaus*, os móveis mantinham unidade entre arquitetura e decoração, dando continuidade ao projeto sem prejudicar a harmonia dos espaços, de forma padronizada.

O Modernismo, iniciado no século XIX, perdurou até meados do século XX, ressignificou a produção artística e seus processos de acordo com o período político, social e econômico. Procurando entender e exprimir a mudança na relação entre homem, espaço, artista e arte proveniente dos resultados da Revolução Industrial. Hoje podemos visualizar designs modernos empregados ao mobiliário em museus como o *Modern Museum of Art (MoMA)* localizado em Nova York, Museu de Arte de Brasília (MAB) e o Museu da Casa Brasileira, localizado em São Paulo, entre outros.

¹⁶ O design total prevê que, além do projeto arquitetônico, também sejam desenvolvidos os projetos de interiores, decoração, luminotécnico e de paisagismo, todos ligados, visando um trabalho final coerente e expressivo onde a linguagem arquitetônica é reafirmada pelos demais projetos. Logo, as decisões determinadas que constituem um conjunto, desde o início, garantem maior segurança e racionalidade.

[Type text]

CAPÍTULO 2 – PALÁCIO DA ALVORADA, MOBILIÁRIO DE ANNA MARIA NIEMEYER PARA O PALÁCIO DA ALVORADA E GT OBRAS DE ARTE

Neste segundo capítulo, primeiramente apresento o Palácio da Alvorada; no segundo tópico irei prosseguir mostrando o mobiliário de Anna Maria Niemeyer produzido para decorar e compor os ambientes do Palácio da Alvorada; por fim, exponho a constituição do Grupo de Trabalho e seu serviço.

2.1 Palácio da Alvorada

Começarei esse tópico apresentando o Palácio da Alvorada, abordando brevemente seu histórico, desde o convite de Juscelino Kubitschek ao arquiteto Oscar Niemeyer para projetar a Nova Capital, sua construção, inauguração e tombamento.

Profetizada por muitos, a mudança da Capital do Brasil para o interior do país sempre foi pauta de debate em vários períodos da nossa história. Em 31 de janeiro de 1956, um ano emblemático para o país, Juscelino Kubitschek tomou posse como Presidente do Brasil, com o *slogan*¹⁷ “50 anos em 5” e a promessa de implantar o projeto de desenvolvimento e industrialização do país.

O desenvolvimentismo de Juscelino trouxe consigo o projeto da Nova Capital do Brasil, como prevista em sua campanha eleitoral e na Constituição¹⁸. Dando início ao projeto e construção de Brasília, Juscelino fundamenta seu convite para

¹⁷ Palavra de origem inglesa. Frase curta e convincente, geralmente em publicidade ou propaganda. "**slogan**", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, [slogan - Dicionário Online Priberam de Português](#) [consultado em 13-03-2022].

¹⁸ Art. 4º do Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 18 de setembro de 1946.

[Type text]

Oscar Niemeyer informalmente, em setembro de 1956¹⁹. Naquele momento, Juscelino solicitou que ele fosse o responsável pela idealização da nova Capital do Brasil. Niemeyer sugeriu a abertura de um concurso para o Plano Piloto da nova Capital e assim o arquiteto faria o projeto dos prédios principais. O convite não foi feito de forma inesperada, os dois se conheciam, trabalharam juntos inicialmente no projeto do Cassino da Pampulha, localizado em Belo Horizonte.

A primeira vez que eu encontrei o JK ele era candidato a prefeito de Belo Horizonte. Que primeiro eu fui... o Capanema me levou, o Capanema e o Rodrigo, me levaram ao, ao Benedito Valadares. E o projeto que eu fiz pro cassino, era um cassino (incomp.) é um lugar muito bonito lá de Minas. E eu fiz o projeto pro Benedito e nessa ocasião eu conheci o Juscelino, que era candidato a prefeito. (SOARES FILHO, Oscar Niemeyer. *Depoimento - Programa de História Oral*. Arquivo Público do Distrito Federal, Brasília, 1989. p. 07).

Bom, mas eu... terminado Pampulha, e este período que eu continuei em contato com o Juscelino, caminhamos sempre juntos, ele sempre me convocando quando eu precisava e eu tive que, ele foi me procurar em minha casa pra fazer Brasília: "Ah, Oscar!" Eu desci com ele e ele disse: "Tô louco pra começar Brasília." Logo uma semana depois eu fui com ele, o Lott, os ministros pra visitar o local. Confesso que eu fiquei assim... muito... surpreso, que era longe demais, não é? A gente ia de DC-3, não é? Tanto que levava três horas pra chegar lá e era um descampado, uma terra hostil, vazia, não tinha nada. De modo que ele me disse: "Olha, conto com você. Vamos tocar isso pra frente de qualquer maneira." E eu um mês depois já tinha organizado a minha equipe e me enfiei lá naquele fim de mundo, não é?. (SOARES FILHO, Oscar Niemeyer. *Depoimento - Programa de História Oral*. Arquivo Público do Distrito Federal, Brasília, 1989. p.04).

Em 19 de setembro de 1956 foi sancionada a Lei nº 2.874²⁰, que criou a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), responsável pela execução de obras e serviços de urbanização e construção civil de interesse do Distrito Federal, diretamente ou por contrato com entidades públicas ou privadas. Após a criação da Novacap, Niemeyer foi nomeado diretor do Departamento de Urbanismo e Arquitetura da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (CUNCB), sendo responsável pela organização do edital para o concurso do plano-piloto de Brasília e

¹⁹ Há evidências de que o convite pode ter sido feito antes. O edital para o plano piloto foi publicado em setembro de 1956 com informações sobre a localização da residência presidencial e alguns desenhos feitos pelo arquiteto para o Palácio do Governo datam de agosto de 1956.

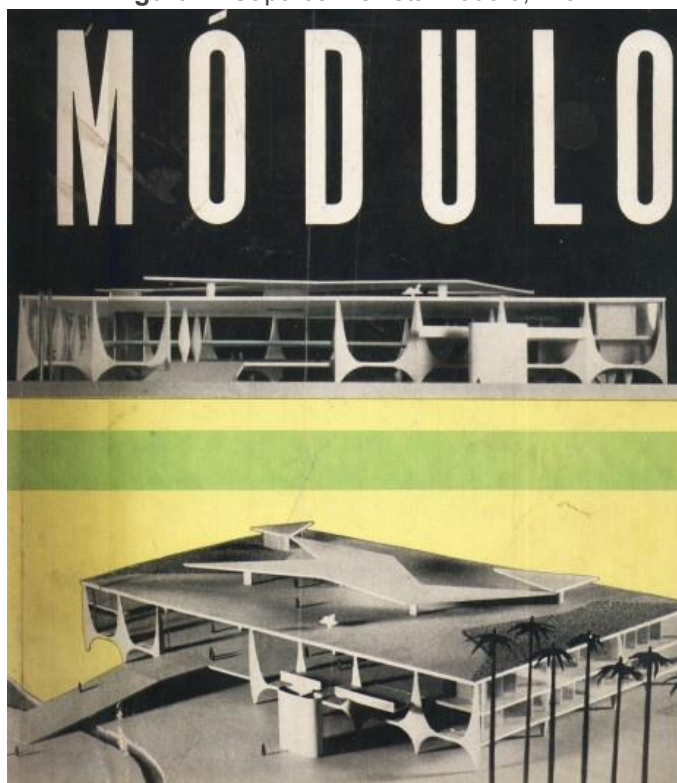
²⁰Disponível em: <[LEI Nº 2.874, DE 19 DE SETEMBRO DE 1956](#)>. Acesso em: 02/02/2022.

[Type text]

como participante da comissão julgadora para escolha do projeto. Em 19 de setembro de 1956 foi publicado no Diário Oficial da União o Edital do Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil pela Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal, denominada como “Brasília” pelo Art. 33 da Lei nº 2.874.

A primeira publicação com desenhos referentes ao projeto de Oscar Niemeyer para nova capital foi veiculada pela edição nº 6 da Revista Módulo, em dezembro de 1956, com os esboços referentes ao projeto de Niemeyer para Brasília. A Revista Módulo foi pregressa em relação às publicações da época, trazendo informações privilegiadas sobre a arquitetura adotada para Brasília, fundada pelo próprio Oscar Niemeyer. Com circulação entre o ano de 1955 e 1986, sofreu uma pausa em suas edições devido ao período político entre 1965 e 1975. Seus assuntos principais eram: arquitetura, arte, urbanismo, cultura e design.

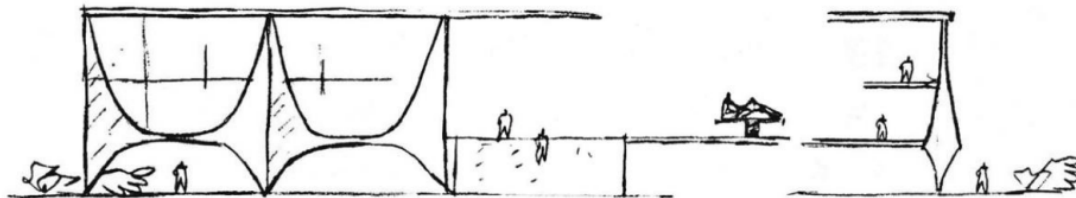
Figura 2: Capa da Revista Módulo, nº6.



[Type text]

Fonte: Ruth Verde Zein, site Vitruvius²¹

Figura 3: Elevação e corte (primeiro projeto). Croqui de Oscar Niemeyer, 1956.



Fonte: Revista Módulo nº6. In: SILVA, p.170.

Em janeiro de 1957 a Novacap publicou a Revista Brasília, primeira revista a ser editada em Brasília, prevista no art. 19 da lei nº 2874 de 19 de setembro de 1956, com a obrigatoriedade de comunicar mensalmente os atos administrativos da diretoria e os contratos por ela celebrados. Seu conteúdo no decorrer das edições é formado por notícias sobre a construção da nova capital, incluindo planos urbanísticos, prazos e andamentos das construções, ilustrações fotográficas das obras em andamento, estudos arquitetônicos, cobertura de eventos, avisos paroquiais, comentários de leitores e outros assuntos pertinentes ao contexto da época. Sua primeira edição, datada de janeiro de 1957, veiculou os primeiros projetos oficiais de Niemeyer para a capital, são eles: residência presidencial, hotel, igreja e o palácio governamental. Além de estabelecer para o público os projetos iniciais da construção de Brasília, no decorrer da mesma edição foi divulgado que o Palácio Presidencial se encontrava em construção, fazendo-se o primeiro Palácio a ser construído em terras vermelhas, como prometido por Juscelino, de acordo com os projetos arquitetônicos de Niemeyer:

O prédio, que já se encontra em construção, será servido de obras de arte, tôdas de artistas nacionais. Entre outros cogita-se de Portinari, Di-Cavalcante, Firmino Saldanha Emeric Mercier, Milton Ceschiatte, José Pedrosa e Franz Weissman. (Revista Brasília, 1957, p.09)²²

²¹ Disponível em: <[Oscar Niemeyer. Da crítica alheia à teoria própria | vitruvius](#)>. Acesso em: 08/02/2022

²² Revista Brasília, nº1, janeiro de 1957.

[Type text]

Figura 4: Capa da primeira edição, Revista Brasília, nº2.



Fonte: Fundo NOVACAP, custodiado pelo Arquivo Público do Distrito Federal – ArpDF²³

²³ Disponível em: <[Revista Brasília](#)>. Acesso em: 08/02/2022

[Type text]

Figura 5: Palácio Presidencial, Revista Brasília, nº1.



Fonte: Fundo NOVACAP, custodiado pelo Arquivo Público do Distrito Federal – ArpDF²⁴

Para Juscelino Kubitschek, tempo e dinheiro eram escassos e a construção precisava ser terminada até o fim de seu mandato como presidente em 1961. Em seu planejamento era previsto que a entrega da faixa presidencial ao seu sucessor ocorreria em frente ao Palácio da Alvorada, segundo Juscelino Kubitschek (1 de fevereiro de 1958) “dentro de 3 anos e meio passarei a faixa presidencial ao meu sucessor no Palácio da Alvorada, na cidade de Brasília” (Revista Brasil, 1957, p.03)²⁵.

o que foi espantoso em Juscelino é que ele queria fazer a capital, ele não tinha dinheiro. O tempo era curto, mas ele queria fazer uma coisa que representasse um grande Brasil. Ele não queria fazer uma capital qualquer,

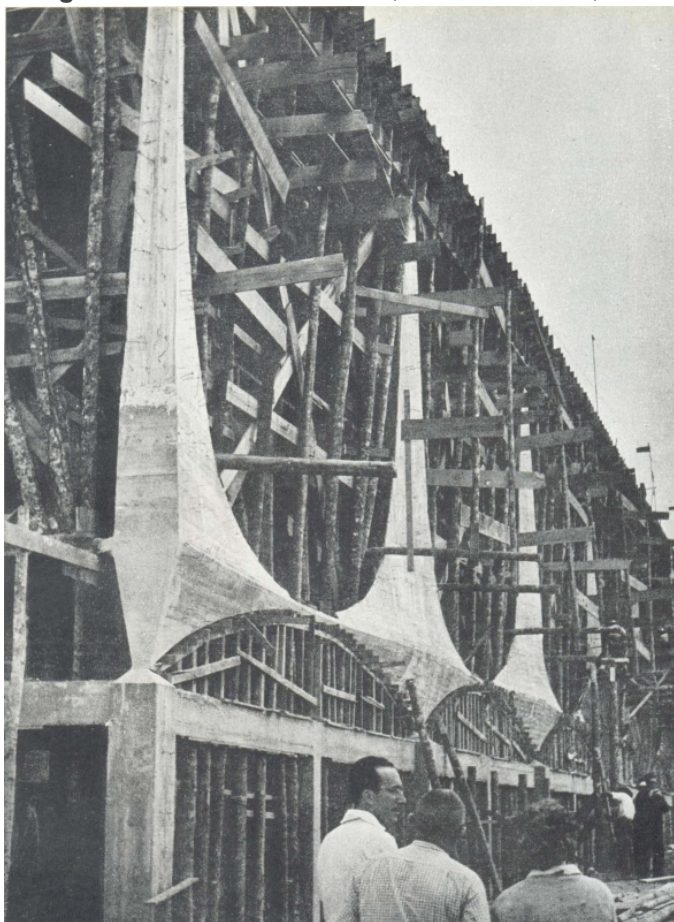
²⁴ Disponível em: <[Revista Brasília](#)>. Acesso em: 08/02/2022

²⁵Revista Brasília, nº2, fevereiro de 1957. Disponível em: <[Revista Brasília](#)>. Acesso em: 08/02/2022
[Type text]

provinciana, né? Como outros fizeram que ninguém mais fala, não é? Ele queria fazer uma coisa que fosse importante que achava, e nós achamos que um dia o Brasil vai ser, já é, apesar de todas as mazelas, já é importante, né?. (SOARES FILHO, Oscar Niemeyer. *Depoimento - Programa de História Oral*. Arquivo Público do Distrito Federal, Brasília, 1989. p.14.)

De forma independente, mesmo com a falta de verba e o tempo curto, o Palácio da Alvorada foi a obra mais avançada na construção de Brasília, exibindo sua estrutura em concreto aparente em agosto de 1957, comunicando para todos que o plano de Juscelino Kubitschek de fato se tornava real.

Figura 6: Palácio da Alvorada, Revista Brasília, nº8.



Fonte: Fundo NOVACAP, custodiado pelo Arquivo Público do Distrito Federal – ArpDF²⁶

²⁶ Revista Brasília, nº8, agosto de 1957. Disponível em: <[Revista Brasília](#)>. Acesso em: 08/02/2022
[Type text]

Em setembro de 1957, o Palácio da Alvorada encontrava-se em fase de acabamento final da estrutura em concreto, suas colunas estavam prontas para receber o revestimento em mármore e a laje passava pelos últimos retoques.

Figura 7: Palácio da Alvorada, Revista Brasília, n°9.

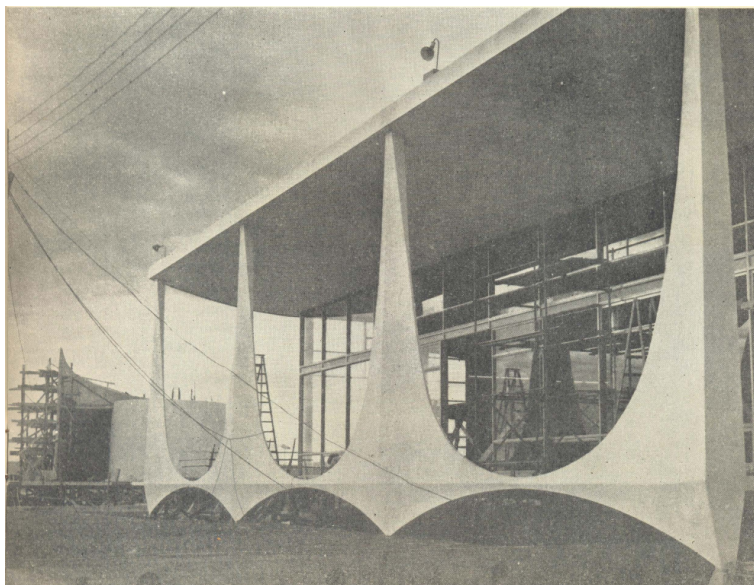


Fonte: Fundo NOVACAP, custodiado pelo Arquivo Público do Distrito Federal – ArpDF²⁷

Em certos momentos é difícil determinar a ordem e data dos acontecimentos referentes à obra, algumas edições da Revista Brasília possuem informações divergentes, devido a acontecimentos relacionados aos prazos da construção. Em novembro de 1957 a edificação possuía sua estrutura em concreto pronta, em fase de conclusão das instalações hidráulicas e sanitárias, o anexo de serviços em andamento, iniciados os revestimentos externos, o serviço de elevadores e a pavimentação em mármore. Em dezembro do mesmo ano, a construção da piscina do Palácio, a terraplanagem da área externa, a instalação da cozinha e da lavanderia encontravam-se em fase final. Tudo colaborava para a inauguração solene do Palácio da Alvorada. Com o favorecimento do andamento da obra, o evento foi marcado para o dia 31 de maio de 1958 e devido a atrasos sua abertura sofreu uma alteração para o dia 30 de junho do mesmo ano.

Figura 8: Palácio da Alvorada, Revista Brasília, n°17.

²⁷Revista Brasília, n°9, setembro de 1957. Disponível em: <[Revista Brasília](#)>. Acesso em: 08/02/2022
[Type text]



Fonte: Fundo NOVACAP, custodiado pelo Arquivo Público do Distrito Federal – ArpDF²⁸

Com o término de sua construção, em 1958, mais precisamente no dia 30 de junho, realizou-se em meio a grande entusiasmo a inauguração do Palácio da Alvorada, a Residência dos Chefes de Estado brasileiro e o início da transferência da Capital do Brasil. No mesmo evento foi posto o marco inaugural de Brasília, com a seguinte inscrição em granito:

Nêste dia 30 de junho de 1958, inaugurou o Presidente dos Estados Unidos do Brasil, Dr. Juscelino Kubitschek, êste palácio, denominado da Alvorada, residência do Chefe de Estado brasileiro e primeiro edifício erguido em a nova Capital da República. A obra foi projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer, executada de 3 de abril de 1957 a 30 de junho de 1958, por engenheiros e operários irmanados todos no ímpeto criador que tornou possível fundar, no coração de nossa Pátria, êste centro de civilização, que dá testemunho da energia e da capacidade realizadora dos brasileiros.

Manifestado de grande exuberância em sua inauguração, o Palácio da Alvorada era descrito na época como uma verdadeira obra de arte, provido de grande beleza e exuberância.

O Palácio da Alvorada, dentro dêsse conjunto de realizações é uma verdadeira obra prima da moderna arquitetura brasileira. A sobriedade e a nobreza de linhas são suas mais notáveis características. Desde a entrada

²⁸ Revista Brasília, n°17, maio de 1958. Disponível em: <[Revista Brasília](#)>. Acesso em: 08/02/2022
[Type text]

principal, com dois lagos e um jardim gramado, sente-se a imponência simples da obra. No "hall" de entrada, uma grande parêde de espelhos defronta uma outra revestida de placas de alumínio dourado. Por uma ligeira rampa ascende-se ao Salão Nobre, que é, na realidade, uma sucessão de três salões. Na parte norte do edifício localizam-se os gabinetes de trabalho do presidente e a sala das reuniões ministeriais. No segundo pavimento situa-se a parte propriamente residencial do Palácio. Detalhes que logo chamam a atenção: a quase inexistência de portas nessa parte do palácio e o seu assoalho, que é todo de jacarandá. (TRINDADE, 1958, p. 02)²⁹

O Palácio da Alvorada invocou e invoca a atenção de todos desde sua construção. Uma de suas principais características é o simbolismo da arquitetura desenvolvida por Niemeyer e sua representatividade artística reconhecida mundialmente como precursor ávido do modernismo brasileiro.

Então eu fiz, trabalhei assim. Eu comecei com o Palácio da Alvorada. Então fiz as colunas do Palácio da Alvorada que ninguém entende, né? Não era... bastava, pra sustentar o teto, uma coluna vertical. Mas eu queria fazer uma coisa nova. Eu achava que a arquitetura, hoje, por exemplo, pude fazer uma arquitetura mais radical, uma arquitetura apoiada na técnica, mas guardando sempre um espaço pra fantasia e imaginação, senão não é arquitetura. Então eu me lembro quando Malraux veio aqui, ele disse: "Ah, o... as colunas do Palácio do Planalto são, são as mais bonitas depois das colunas gregas." Era uma frase assim de boa vizinhança então eu não levei a sério, né? Mas em todo caso era importante aquele tipo de coluna. Tanto que hoje até nos papéis oficiais têm a coluna do Alvorada. Se você cruza a estrada de Brasília tem caminhões com a forma da coluna. Em Paris, um dia eu vinha pelo Boulevard... e dei com... era, era Natal, eu dei com um prédio que a fachada era toda, a fachada da Kodak, toda... é, ornamentada com as colunas do Alvorada. Eu um dia fui na Líbia, fui tomar banho de mar, quando eu saí do mar assim, eu esbarrei com um prédio que era igualzinho as colunas do Alvorada. Nos Estados Unidos fizeram uma central telefônica, um prédio com as colunas do Alvorada, até mais elegantes, que eles não puseram mármore de modo que as formas ficaram mais finas. De modo que, eu quando eu olho pra trás e vejo Brasília, eu fico satisfeito. Foi um momento da minha vida de arquiteto sempre correspondendo a, a minha reação, aos meus desejos de fazer uma arquitetura diferente e ao que ocorria no mundo da arquitetura. (SOARES FILHO, Oscar Niemeyer. *Depoimento - Programa de História Oral*. Arquivo Público do Distrito Federal, Brasília, 1989. p. 3).

Dois anos após o início do plano "50 anos em 5", Juscelino Kubitschek inaugurou o Palácio da Alvorada. Sua construção começou em janeiro 1957 e se encerrou em junho de 1958. O Palácio da Alvorada foi moradia de Juscelino até

²⁹Revista Brasília, n° 18, junho de 1958. Disponível em: <[Revista Brasília](#)>. Acesso em: 08/02/2022

janeiro de 1961, quando entregou a faixa presidencial para Jânio Quadros, que não tomou posse em frente ao Palácio da Alvorada, mas sim no palanque do Palácio do Planalto. Idealizado para ser a residência oficial do Presidente da República, o Palácio da Alvorada se tornou um símbolo político, arquitetônico e artístico da Capital do Brasil.

Por meio de uma carta de Niemeyer endereçada ao então Ministro da Cultura, Gilberto Gil, o arquiteto aceita a sugestão do ministro para iniciar o processo de tombamento de algumas de suas obras, passíveis de modificações, deu-se entrada no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) o pedido para o tombamento, em 12 de julho de 2007. Entre as obras em processo de tombamento estão o Palácio da Alvorada e seu conjunto, incluindo a capela e demais edificações. A indicação de tombamento com caráter de urgência do Conjunto das Obras de Oscar Niemeyer, instruídas no Processo no 1550-T-O7 (01450.009775/2007-90), foi aprovada em 6 de dezembro de 2007³⁰.

2.2 Mobiliário de Anna Maria Niemeyer para o Palácio da Alvorada

Neste segundo tópico, irei apresentar a produção do mobiliário de Anna Maria Niemeyer para decorar e compor os ambientes do Palácio da Alvorada.

Anna Maria de Niemeyer Soares, conhecida como Anna Maria Niemeyer, filha de Oscar Niemeyer, começou a trabalhar no escritório do pai aos dezessete anos, elaborando a decoração, ambientação, projeção do mobiliário e desenho.

³⁰ Ata da reunião de aprovação do Conselho do IPHAN. Disponível em: <<http://www.ipatrimonio.org/wp-content/uploads/2021/10/ipatrimonio-Varias-cidades-Reuniao-aprova-cao-Conjunto-da-Obra-do-Arquiteto-Oscar-Niemeyer-Fonte-IPHAN.pdf>>. Acesso em: 10/05/2022.

[Type text]

Então eu, desde os 17 anos já trabalhava com papai, quer dizer, eu sempre desenhei.. (SOARES, Ana Maria de Niemeyer. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1989. 04 p.)

E apesar de eu não ter feito arquitetura, eu trabalhava em desenho no escritório, mais especialmente com mobiliário. E todos os projetos dele, eu fazia vamos dizer, a ambientação, a parte de móveis, cortina, essas coisas, decoração, ele não gosta desse nome, mas no fim é decoração. (SOARES, Ana Maria de Niemeyer. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1989. 01 p.)

Em 1956, quando Oscar Niemeyer aceitou o convite de Juscelino Kubitschek para projetar os principais prédios da Nova Capital do Brasil, Anna Maria começou a acompanhar o planejamento concebido por seu pai.

E um dia Juscelino parou o carro lá, cedo, chamou ele e disse que tinha resolvido fazer a cidade. Saíram e ele começou a fazer o projeto, teve aquele Concurso do Plano Piloto, eu não me envolvi muito nisso, não. E depois eu comecei a fazer o trabalho aqui e quando a necessidade se apresentou, eu comecei a ir lá e acabei indo, e gostando, e ficando, e acompanhando esse trabalho todo, de perto. (SOARES, Ana Maria de Niemeyer. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1989. 02 p.)

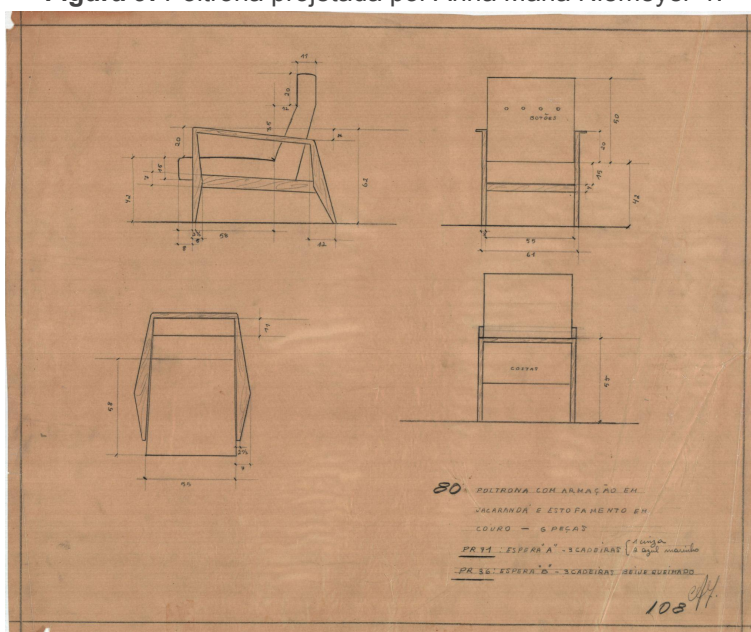
Anna Maria Niemeyer iniciou seu trabalho para Novacap em 1957, como técnica em decoração, onde realizava a projeção, desenho dos móveis e a decoração. A Novacap abria licitações para contratação dos fabricantes dos móveis e Anna Maria Niemeyer averiguava as fábricas durante a execução do trabalho. Assim como a construção do Palácio da Alvorada aconteceu em um curto espaço de tempo, a fabricação dos móveis também ocorreu, Anna Maria Niemeyer desenhava os móveis, mandava para a fábrica e fiscalizava sua produção sem protótipos. Todas as alterações eram feitas diretamente nas fábricas, em visitas pontuais.

E assim, eu comecei a trabalhar para a Novacap em 1957, já nos projetos de Brasília e que começava a ser feito aqui no Rio, em planta. Palácio da Alvorada, Supremo Tribunal, Palácio do Planalto, Congresso Nacional, foi feito uma pesquisa do que era necessário; quer dizer, já tinha contato com as autoridades todas e comecei a fazer o projeto, os desenhos dos móveis. A Novacap fazia concorrência entre as firmas e eu fiscalizava nas fábricas, aqui no Rio, de vez em quando eu ia a Brasília, Brasília não tinha nessa ocasião.. (SOARES, Ana Maria de Niemeyer. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1989. 01 p.)

[Type text]

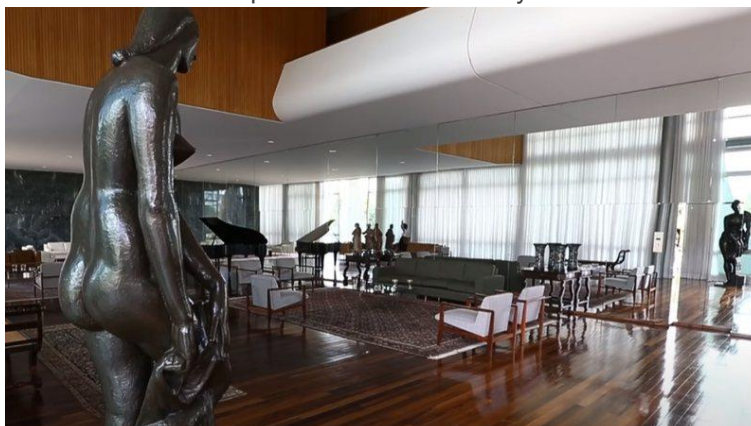
Eu só fazia, depois, fiscalizar, quer dizer, eu ia à fábrica, fiscalizar a execução e muitas coisas. Não houve nem tempo pra isso, que às vezes era tão urgente a coisa, tão rápida, que o desenho saía da mesa, ia direto fazer e eu só ia ver pronto, porque normalmente quando você desenha um móvel qualquer, você faz um protótipo pra ver como fica. Principalmente cadeira, sofá, essas coisas, usa-se fazer um modelo e, às vezes, fica-se conforme as necessidades, então não dava muito tempo pra isso não. É. Era uma coisa mais direta e, às vezes, eu ia na fábrica fazer uma pequena modificação, mas a maior parte das coisas... (SOARES, Ana Maria de Niemeyer. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1989. 05 p.)

Figura 9: Poltrona projetada por Anna Maria Niemeyer 1.



Fonte: Plantas do Arquivo Público do Distrito Federal

Figura 10: Fotografia retratando poltrona projetada por Anna Maria Niemeyer



[Type text]

Fonte: Site “Aventuras na História”³¹

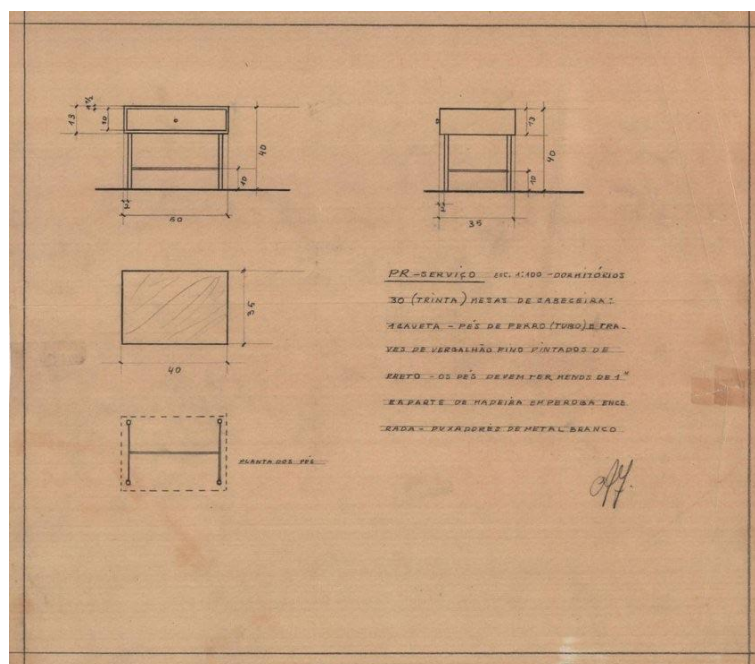
Durante a entrevista utilizada como base para pesquisa, cedida pelo ArPDF, Anna Maria Niemeyer declarou que desenhou os móveis que na época ambientaram o Palácio da Alvorada, Palácio do Planalto, Congresso Nacional e o Supremo Tribunal. Dando mais atenção ao Palácio da Alvorada, por ser a moradia do Presidente da República.

Havia em madeira, em metal. Todas as obras de arte, tapetes, foram selecionados por mim, os móveis antigos, comprou-se alguns na ocasião. Eu escolhia, mas eu sempre pedia ao Patrimônio que mandasse uma pessoa para verificar, para dar um atestado de autenticidade, aí depois isso era encaminhado, ao Israel Pinheiro na ocasião pra ele estudar a compra. E no Palácio da Alvorada, realmente, eu escolhi absolutamente tudo, inclusive roupa de cama, talheres, louça, toalhas de mesa, eram toalhas enormes, tinha que mandar fazer. E eu cuidei pessoalmente disso tudo; nos outros menos, porque o Palácio da Alvorada era uma casa, precisava dessas coisas. Nos outros não, só a parte de mobiliário, cortinas, tapetes... (SOARES, Ana Maria de Niemeyer. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1989. 04 p.)

Figura 11: Mesa de cabeceira projetada por Anna Maria Niemeyer

³¹ Disponível em: <[Palácio da Alvorada: Por dentro da residência de Lula a partir de 2023](#)>. Acesso em: 30/12/2022.

[Type text]



Fonte: Plantas do Arquivo Público do Distrito Federal

Anna Maria Niemeyer projetava os móveis, os desenhava, escolhia os acabamentos, acompanhava a fabricação e sua acomodação. Realizava a escolha dos móveis que seriam adquiridos prontos, selecionava as cortinas, toalhas, esculturas, quadros, louças e tudo que fazia parte da decoração. Sempre prezando pelos espaços vazios que seu pai arquitetou. Em depoimento para Santos (1995, p.59), Oscar Niemeyer disse:

O problema que eu encontrei no equipamento dos edifícios é que, muitas vezes, o mobiliário, o arranjo interno, prejudica completamente a arquitetura. A arquitetura prevê os espaços que devem ficar livres entre grupos de móveis, e às vezes, os móveis são colocados de uma maneira imprópria, os espaços se perdem e a arquitetura fica prejudicada. De modo que nós procuramos sempre marcar o lugar dos móveis, mas, mesmo assim, às vezes eles não estão de acordo com a arquitetura, e o ambiente se faz sem a unidade que a gente gostaria.

Devido ao curto prazo para o término da decoração, Anna Maria Niemeyer recebeu ajuda de Ivana Zubic e Athos Bulcão (funcionários da Novacap), ambos contribuíram com os desenhos das projeções dos móveis. Ivana Zubic trabalhava no Departamento de Arquitetura e foi realocada para ajudá-la por intermédio de Anna

[Type text]

Maria Niemeyer. Athos Bulcão, na época, era contratado pela Novacap como técnico em decoração. Ambos eram amigos e colegas de trabalho.

(AS) - É, me ajudava, Ivana, Ivana Zubic, era casada com o Lúcio Estelita.

(LC) - Ela trabalhou na parte dos móveis, no mobiliário?

(AS) - É, na parte de desenho. O Athos também me ajudava, muito.

(AS) - Foi, foi. Ela trabalhava no Departamento de Arquitetura, depois um período eu pedi que colocassem ela me ajudando, porque eu trabalhava praticamente sozinha. E era muita coisa pra mim fazer. Mas, na verdade, eu acho que o meu trabalho assim, vamos dizer, de prancheta maior, foi aqui no Rio, porque quando eu fui pra lá, os móveis já estavam todos desenhados, quer dizer, aí eu tive mais trabalho de obra, de ir pra obra, de arrumar, de fabricantes, de colocar as coisas nos lugares, os prédios eram muito grandes também.³² (SOARES, Ana Maria de Niemeyer. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1989. 08 p.)

Com a decoração do Palácio da Alvorada prevista em plantas e com o espaço físico finalizado, o trabalho não chegou a ser terminado de fato como Anna Maria Niemeyer gostaria. De acordo com ela:

E mesmo o próprio Palácio da Alvorada, tenho até um pouco de pena, porque eu acho que ele, o Palácio do Planalto também, mas mais o Palácio da Alvorada, ele nunca chegou a ficar completamente pronto, porque chegou num ponto, quer dizer, tinha móveis, tinha tapete, tinha um ou outro quadro, uma ou outra escultura, mas precisaria de mais coisas, pra ficar mais humano. (SOARES, Ana Maria de Niemeyer. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1989. 05 p.)

³² Entrevistada: Anna Maria de Niemeyer Soares (AS). Entrevistador: Luis Carlos Lopes (LC)
[Type text]

Durante o governo de Jango Goulart³³ a primeira dama, Maria Thereza Fontella Goulart , contratou um decorador para ambientar o Palácio da Alvorada, descaracterizando o projeto original. Quando Jânio Quadros³⁴ assumiu o governo, em 1961, Anna Maria Niemeyer recebeu o convite para produzir um levantamento e restabelecer toda a decoração do Palácio, conforme seu projeto. O trabalho não chegou a ser realizado, quando Anna Maria Niemeyer o produziu, Jânio renunciou seu mandato.

Bom, papai gosta dos espaços vazios, eu não sei como está hoje, nunca mais eu voltei lá, não, não... E depois também ele passou por algumas modificações. No tempo do Jango Goulart, a mulher dele tinha um decorador, que modificou algumas coisas lá. Quando o Jânio assumiu, eles me chamaram uma vez no palácio, e me pediram pra fazer um levantamento do que eu tinha colocado, do que existia ainda e ele queria que colocasse exatamente como era antes. Mas não houve tempo, porque enquanto eu preparei esse trabalho, ele renunciou. (SOARES, Ana Maria de Niemeyer. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1989. 05 p.)

Após o ocorrido, Anna Maria Niemeyer não retornou para visitar o Palácio da Alvorada. Dando sequência à carreira, projetou móveis com seu pai a partir de 1970, com o intuito de difundir e comercializar a arte contemporânea, fundou a Galeria Anna Maria Niemeyer, em 1977, no Rio de Janeiro.

³³ João Belchior Marques Goulart, conhecido popularmente como Jango, foi presidente do Brasil, de 1961 a 1964.

³⁴ Jânio da Silva Quadros, conhecido popularmente como Jânio Quadros, foi presidente do Brasil, de entre 31 de janeiro de 1961 e 25 de agosto de 1961, data em que renunciou.

[Type text]

2.3 GT Obras de Arte

No último tópico deste capítulo irei apresentar o GT Obras de Arte, para isso irei introduzir o Gabinete de Documentação Histórica (GDH), a Comissão Memória dos Presidentes da República e o Grupo de Trabalho (GT) formado por acordo de cooperação, suas ações para preservação, inventário, conservação e restauração de bens móveis da Presidência da República.

O GDH, antes denominado como “Secretaria de Documentação Histórica” e “Diretoria de Documentação Histórica”, é um órgão da Presidência da República vinculado ao Gabinete Pessoal do Presidente da República, originado pela Lei nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991³⁵. Tem como objetivo em suas disposições do Art. 11.:

organizar o acervo documental privado do Presidente da República em Exercício, fica criada, como órgão integrante do Gabinete Pessoal do Presidente da República, a Secretaria de Documentação Histórica, a qual compete: I - Coordenar e gerir a formação do acervo privado do Presidente da República, a partir do levantamento, preservação, conservação e organização dos documentos e informações complementares; II - Registrar cronologicamente as atividades do Presidente da República e os fatos decorrentes do exercício do mandato presidencial; e III - Realizar trabalhos de pesquisa histórica e documental relativos ao acervo, ao presidente e à sua época. (BRASIL,1991)

No Art. 7º Lei nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991, é estabelecida a Comissão Memória dos Presidentes da República, a quem cabe a coordenação do sistema de acervos privados dos Presidentes da República, conforme previsto no Art. 7º:

O sistema de acervos documentais privados dos presidentes da República será coordenado pela Comissão Memória dos Presidentes da República, que atuará em caráter permanente junto ao Gabinete Pessoal do Presidente da República (BRASIL, 1991)

A Comissão Memória dos Presidentes da República é constituída por titulares dos seguintes órgãos: Arquivo Nacional, Instituto Brasileiro do Iphan, Museu da República, Biblioteca Nacional, Secretaria de Documentação Histórica do Presidente

³⁵Lei nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991. Disponível em: <[L8394](#)> Acesso em: 20/06/2022
[Type text]

da República, Departamento de Documentação da Secretaria-Geral da Presidência da República, como membros natos, por titulares de outras entidades integrantes do sistema, e por personalidades de notório saber e experiência em arquivologia, biblioteconomia e documentação em geral, designados por decreto do Presidente da República.

Em 26 de agosto de 2002 foi publicado o Decreto nº 4.344³⁶ regulamentando a Lei nº 8.394, no qual dispõe sobre a preservação, organização e proteção dos acervos documentais privados dos presidentes da República, onde cabe ao GDH a realização das atribuições associadas à administração informacional e documental relativa à constituição do acervo público e privado do Presidente da República.

De acordo com o Art. 3º do Decreto nº 4.344 de 2002:

Os acervos documentais privados dos Presidentes da República são os conjuntos de documentos, em qualquer suporte, de natureza arquivística, bibliográfica e museológica, produzidos sob formas textual (manuscrita, datilografada ou impressa), eletromagnética, fotográfica, filmográfica, videográfica, cartográfica, sonora, iconográfica, de livros e periódicos, de obras de arte e de objetos tridimensionais. (BRASIL, 2002)

Assim, há uma mudança na descrição da composição integradora da Comissão Memória dos Presidentes da República e seus objetivos.

Art. 5º O sistema de Acervos Documentais Privados dos Presidentes da República será coordenado pela Comissão Memória dos Presidentes da República, atuará de forma integrada aos Sistemas Nacionais de Arquivos, Bibliotecas e Museus, e terá como objetivos: I - preservar a memória presidencial como um todo num conjunto integrado, compreendendo os acervos privados arquivísticos, bibliográficos e museológicos; II - coordenar, no que diz respeito às tarefas de preservação, conservação, organização e acesso aos acervos presidenciais privados, as ações dos órgãos públicos de documentação e fazer a articulação destes com entidades privadas que detenham ou tratem de tais acervos; III - manter referencial único de informação, capaz de fornecer ao cidadão, de maneira uniforme e sistemática, a possibilidade de localizar e ter acesso aos documentos, onde quer que estejam guardados, seja em entidades públicas, em instituições privadas ou com particulares, tanto na capital federal como na região de origem do presidente ou nas demais regiões do País; IV - propor metodologia, técnicas e tecnologias para identificação, referência, preservação, conservação, organização e difusão da documentação

³⁶ Decreto nº 4.344 de 26 de agosto de 2002. Disponível em <[D4344](#)> Acesso em: 20/10/2022
[Type text]

presidencial privada; e V - compatibilizar as informações referentes à documentação dos acervos privados presidenciais com as dos documentos arquivísticos, bibliográficos e museológicos de caráter público. (BRASIL, 2002)

É necessário frisar que devido à natureza de patrimônio da Presidência da República, os acervos artísticos e históricos dos Palácios são considerados públicos, incluindo o mobiliário, a ambientação e a decoração.

De acordo com Art. 5º do Decreto nº 9.054, de 17 de maio de 2017³⁷, cabe ao GDH

I - Planejar, executar, coordenar e supervisionar as atividades relacionadas com a formação do acervo privado do Presidente da República, realizando o levantamento, o recolhimento, a preservação, a conservação e a organização dos documentos e das informações complementares; II - receber, triar, encaminhar e responder a correspondência de populares e as encaminhadas por meio digital através do Fale com o Presidente, dirigida ao Presidente da República, dispensando-lhes tratamento adequado, elaborando as estatísticas e os quadros demonstrativos das manifestações recebidas; III - registrar cronologicamente as atividades do Presidente da República e os fatos decorrentes do exercício do mandato presidencial; IV - realizar trabalhos de pesquisa histórica e documental relativos ao acervo do Presidente e à sua época; V - prestar assistência quanto à destinação dos documentos do acervo privado do Presidente da República; VI - realizar o registro, o recolhimento, a preservação e a conservação de objetos recebidos pelo Presidente da República em cerimônias e viagens; e 26 VII - prestar apoio administrativo à Comissão Memória dos Presidentes da República, na forma da legislação vigente. (BRASIL, 2017)

O Decreto nº 9.054, de 17 de maio de 2017 foi revogado pelo Decreto nº 10.374, de 26 de maio de 2020³⁸ e não ocorreram mudanças nas competências do Gabinete de Documentação Histórica.

Em 2016 foi instaurado o Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2016³⁹. Através dele foi estipulado o trabalho em conjunto entre a Presidência da República (PR), a Vice-Presidência (VPR) e o IBRAM, no qual estabelece a

cooperação entre os participantes, visando ao apoio técnico e execução de ações integradas, destinadas à preservação, inventário, conservação e restauração de bens móveis, constituídos por obras de arte, tapeçarias e

³⁷Decreto nº 9.054, de 17 de maio de 2017. Disponível em: <[D9671](#)>. Acesso em: 21/10/2022.

³⁸ Decreto nº 10.374, de 26 de maio de 2020. Disponível em: <[D10374](#)>. Acesso em: 21/10/2022.

³⁹ Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2016. Disponível em: <<https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/secretaria-de-administracao/outros-instrumentos/2016/termo-de-cooperacao-tecnica/acordo-de-cooperacao-tecnica-no-01-2016/acordo-de-cooperacao-tecnica-01-2016.pdf>>. Acesso em: 10/11/2022.

móveis antigos, que integram o acervo da Presidência da República (PR), e ainda, os itens que, estando sob sua responsabilidade de guarda e conservação, possam sofrer danos enquanto sob a guarda do Poder Público Federal, consoante planejamento conjunto de ações e desenvolvimento de projetos institucionais de interesse comum. (Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2016)

Entendendo como atividades de Cooperação os seguintes atos:

a) planejar, executar, coordenar, contratar e acompanhar as ações conjuntas de interesse recíproco, objetivando a restauração dos bens móveis; obras de arte, tapeçarias e móveis antigos, que integram o acervo da PR, de forma direta ou indireta, por entidades pública e/ou privadas, para a avaliação, a conservação e a restauração do acervo de obras na Presidência da República; b) disponibilizar os dados e informações, documentos, recursos, apoio técnico e logístico necessários à consecução da finalidade deste Acordo; c) atuar em parceria em todas as etapas do instrumento, especialmente no planejamento, execução, controle, coordenação, contratação e acompanhamento dos serviços e atividades correspondentes, para o alcance do objeto e cumprimento da finalidade deste Acordo; d) aplicar normas e procedimentos instituídos, simplificando os trâmites para evitar a duplicidade de esforços, recursos e atividades; e) disponibilizar, quando possível, os espaços físicos, meios e recursos para a atuação em conjunto, observada a legislação específica; f) prover o apoio técnico necessário, otimizando os recursos suficientes ao desenvolvimento e à execução das atividades estabelecidas para cada meta, com pessoal especializado, material e equipamentos; g) desenvolver estudos técnicos e profissionais de interesse comum; e h) restaurar obras de arte, tapeçarias e móveis antigos que integram o acervo PR ou que estejam sob responsabilidade de guarda e/ou conservação, em especial pinturas, gravuras, tapeçarias, esculturas e móveis antigos. (Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2016)

Assim, foram firmados os compromissos entre PR e o Ibram, para fim de ações conjuntas, podendo haver a cooperação de outros órgãos, entidades e profissionais. O Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2016 foi assinado em 13 de abril de 2016 com vigência de sessenta meses após sua assinatura.

No mesmo ano, em 2016, o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou por meio do Acórdão Nº 2255/2016⁴⁰ uma auditoria patrimonial nos Palácios da Alvorada e Planalto. Devido a auditoria foi criado por meio do Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2016 o Grupo de Trabalho (GT), denominado como “GT Obras de Arte”, formado por representantes do IBRAM, VPR, GDH, Coordenação de Patrimônio da Secretaria de Administração da Presidência,

⁴⁰ Acórdão Nº 2255/2016. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/blogs/blog/wp-content/uploads/sites/41/2016/09/52_OUT4-TCU-TRAL_HAS-LULA.pdf>. Acesso em: 12/11/2022

estagiários da GDH e a Oficina Escola de Restauro de Mobiliário Moderno pertencente ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB). Por efeito da auditoria determinada pelo TCU e por uma demanda do GDH, o GT teve como objetivo inventariar, registrar, documentar, conservar, restaurar, elaborar relatório e inserir as informações coletadas em sistema eletrônico. Este trabalho contemplou a decoração, obras de arte e mobiliário de conotação histórica e artística pertencentes aos Palácios da Alvorada, Planalto, Jaburu e Residência Oficial da Granja do Torto.

CAPÍTULO 3 – RESULTADOS PRODUZIDOS PELO GT OBRAS DE ARTE

Neste último capítulo apresento o trabalho realizado com o mobiliário de Anna Maria Niemeyer pelo GT Obras de Arte no Palácio da Alvorada, exponho o modelo de ficha de documentação produzida e o resultado deste trabalho.

3 Resultados do GT Obras de Arte

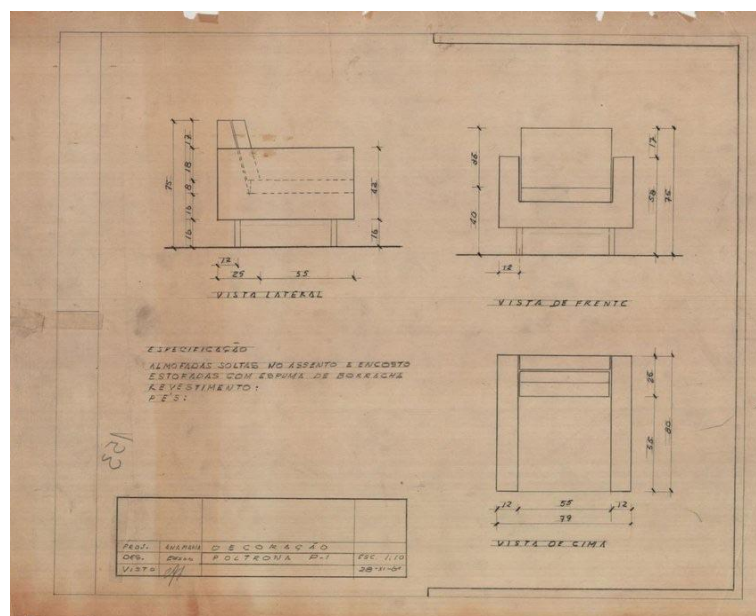
Antes de iniciar o capítulo gostaria de informar que trabalhei em conjunto com a Presidência da República no processo de recuperação do Palácio da Alvorada como estagiária e durante minha pesquisa obtive acesso aos documentos produzidos pelo GT Obras de Arte. A vinculação de documentos e dados internos referentes ao Grupo de Trabalho não foi autorizada pela Presidência da República. Para o terceiro capítulo, utilizei dados coletados das fichas de catalogação do mobiliário do Palácio da Alvorada, um modelo produzido por mim com os campos adotados na ficha de catalogação, informações publicadas anteriormente e minhas experiências referentes ao histórico do trabalho realizado.

O GT Obras de Arte começou seu trabalho em 2016, com a assistência do Iphan, ArPDF, Instituto Moreira Salles (IMS), Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro (MNBA) e o Museu do Ipiranga, sede do Museu Paulista da Universidade de São Paulo (MP/USP). Com o propósito de recuperar o projeto original de Oscar Niemeyer e Anna Maria Niemeyer para o Palácio da Alvorada e aplicá-lo. Para o apoio de pesquisa e documentação do acervo, o Ibram ficou responsável pelos objetos de arte e decoração, enquanto o Núcleo de Pesquisa, Conservação e Restauro de Mobiliário Moderno do IFB ficou responsável pelo mobiliário de conotação histórica e artística.

[Type text]

O princípio da pesquisa se deu no ArPDF, com uma investigação e análise do acervo documental Novacap e da época da construção de Brasília. Para pesquisa também foram utilizadas edições da Revista Módulo, de 1956-1960; plantas do Palácio da Alvorada e Palácio do Planalto, pertencentes à Presidência da República; e documentos do Inventário de Bens Culturais da Presidência da República.

Figura 12: Poltrona projetada por Anna Maria Niemeyer 2.



Fonte: Plantas do Arquivo Público do Distrito Federal

Em sequência, com os dados coletados, iniciou-se uma varredura para identificação dos bens no Palácio da Alvorada, Capela da Alvorada, Palácio do Planalto, Palácio do Jaburu, Residência Oficial da Granja do Torto, depósitos da PR e VPR. De acordo com Fernanda Torres e Frederico Ferreira, no artigo “O Mobiliário de Anna Maria Niemeyer para o Palácio da Alvorada”⁴¹, durante a identificação foram usadas as seguintes etapas de triagem: análise visual, análise formal, identificação de autoria, identificação de estilo e organização dos bens em grupos. Fernanda e Frederico são coordenadores da Oficina Escola de Restauo de Mobiliário Moderno,

⁴¹O Mobiliário de Anna Maria Niemeyer para o Palácio da Alvorada. Disponível em: <[O mobiliário de Anna Maria Niemeyer para o Palácio da Alvorada | Torres | Estudos em Design](#)>. Acesso em: 15/12/2022.

[Type text]

ambos participaram ativamente do GT Obras de Arte em conjunto com alunos do IFB. Para auxiliar o trabalho realizado, a PR contratou quatro estagiárias do curso de Museologia da Universidade de Brasília (UnB). Assim, o IFB e a PR se reuniram uma vez por semana para realizar a triagem dos móveis, fotografias e preenchimento da ficha de catalogação de cada móvel. O modelo da ficha de catalogação utilizada no GT Obras de Arte foi resultado de uma articulação entre Ibram e PR, assim, o documento foi criado de acordo com os campos obrigatórios, em coerência com a necessidade e o acervo da presidência. Campos pertencentes a ficha de catalogação: denominação; título; autor; data de produção; material/técnica; estado de conservação; dimensões, altura, largura, diâmetro, peso, profundidade; número de registro; números anteriores; classificação; procedência; proprietário anterior; localização; local de produção; documentação fotográfica; resumo descritivo; autor da fotografia; data da fotografia; observações; dados do responsável pelas informações; endereço e data; assinatura. A ficha de catalogação em questão foi utilizada para a documentação dos itens de decoração, obras de arte, mobiliário de conotação histórica e artística, pertencentes aos Palácios da Alvorada, Planalto, Jaburu e Residência Oficial da Granja do Torto. Segue imagem elaborada pela autora com os campos pertencentes a ficha de catalogação.

Figura 13: Ficha de catalogação adotada pela Presidência da República, primeira folha.

[Type text]

Identificação do Bem			
Denominação:		N° de registro:	
		N° anteriores:	
Título:		Classificação:	
Autor:		Procedência:	
Data de Produção:		Proprietário anterior:	
Material/Técnica		Localização:	
Estado de conservação:		Local de produção:	
Dimensões (cm):	Altura:	Largura:	Profundidade:
	Diâmetro:	Peso:	
Documentação Fotográfica			

Fonte: Elaborada pela autora (2023)

Figura 14: Ficha de catalogação adotada pela Presidência da República, segunda folha.

[Type text]

Resumo Descritivo		
Autor da Fotografia:	Data da Fotografia:	
Observações:		
Dados do Responsável pelas informações:	Endereço e data:	Assinatura:

Fonte: Elaborada pela autora (2023)

Após o preenchimento das fichas, os documentos eram digitalizados e arquivados na PR. As fotografias dos móveis e as fichas digitalizadas foram transmitidas via upload para o Sistema Tainacan. O Tainacan é um repositório de dados, para gestão e compartilhamento de acervos digitais, seu Sistema foi desenvolvido, atualmente, pelo Laboratório de Inteligência de Redes da UnB, com apoio da Universidade Federal de Goiás (UFG), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e do Ibram. O Sistema permite a organização de [Type text]

informações de acervos, o usuário pode configurar e customizar suas coleções de forma gratuita. O Sistema Tainacan foi implantado na PR para salvaguarda, controle e recuperação de informações referentes ao acervo, visando a disponibilização dessas informações no futuro.

Após a pesquisa, investigação, triagem e documentação do acervo, foi possível identificar 400 objetos, dentre eles, móveis e artigos de arte, que fazem parte da ambientação original do Palácio da Alvorada. Entre 400 objetos resgatados, 110 objetos eram móveis de conotação histórica e artística, inseridos nesta contagem estão os móveis de Anna Maria Niemeyer projetados para o Palácio da Alvorada. De acordo com Ferreira; Torres (2021), são eles:

- Aparador de pau-marfim e mármore com uma gaveta.
- Cama para o apartamento do Presidente.
- Camas para dormitórios.
- Cadeira de pau-marfim e palhinha francesa para a saleta de estudos.
- Cadeira de braço de tecido e jacarandá.
- Cadeira de braço de tecido e jacarandá.
- Cadeira de jacarandá e de tecido para o salão de banquete.
- Mesa de cabeceira de jacarandá e latão para o apartamento do Presidente.
- Mesa de pau-marfim travado de latão e granito verde italiano para o apartamento do Presidente.
- Mesa do gabinete do presidente com base em latão polido e tampo de granito.
- Mesa de latão e de madeira ebanizada para banquete.
- Sofás de tecido.
- Mesa de jacarandá e latão para banquete.
- Mesa de canto de latão polido e de granito ouro velho.
- Mesa de canto de latão polido e mármore.
- Mesa de canto baixa de jacarandá.
- Mesa de latão e granito preto.

[Type text]

- Mesa lateral de jacarandá e vidro.
- Escrivaninha de jacarandá e latão.
- Mesa lateral de madeira de jacarandá e vidro.
- Mesa de centro de madeira e vidro.
- Mesa de latão e de madeira ebanizada para banquete.
- Marquesa de compensado ebanizado e palhinha indiana.
- Poltronas em madeira de jacarandá (diversos modelos).

Para o processo de valoração do mobiliário de conotação histórica e artística foi contratado um especialista em mobiliário moderno, todos os móveis assassinados por designers passaram pelo processo de pesquisa e valoração. Os móveis em condições de conservação apropriados foram restaurados pela Oficina Escola de Restauro de Mobiliário Moderno, durante a pesquisa foi constatado que muitos móveis haviam sido descaracterizados, uma das prioridades no processo de restauração era devolver suas características originais, de acordo com os projetos idealizados por Anna Maria Niemeyer. Uma das constatações durante a pesquisa documental era os detalhes atribuídos aos móveis nos projetos, como os tecidos, cores, madeira, tipo de costura, estofamento, acabamentos e outros, sempre descritos. Os documentos protocolares produzidos por Anna Maria Niemeyer e salvaguardados pelo ArPDF e PR tornaram possível a análise e os processos da restauração. Assim, foi praticado o reconhecimento do mobiliário, sua propriedade material e imaterial, trajetória, estética, e por fim, o ato da restauração visando transmitir suas informações ao futuro. Segundo Cesare Brondi (2004), a base fenomenológica da restauração se define no “momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplici polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão ao futuro”.

Figura 15: Mesa e cadeiras do Salão de banquetes, projetadas por Anna Maria Niemeyer, descaracterizadas.

[Type text]



Fonte: Portal de notícias “G1”⁴²

Figura 16: Mesa e cadeiras do Salão de banquetes, projetadas por Anna Maria Niemeyer, após restauração.



Fonte: Portal de notícias “G1”⁴³

⁴²Imagem tratada em programa profissional de edição pelo site vinculador, pode conter diferenças na tonalidade de cores, contraste e iluminação.
Disponível em: <[Palácio da Alvorada: veja o antes e depois da residência presidencial | Distrito Federal | G1](#)>. Acesso em: 07/01/2023.

⁴³ Imagem tratada em programa profissional de edição pelo site vinculador, pode conter diferenças na tonalidade de cores, contraste e iluminação.
Disponível em: <[Após reforma, Alvorada ganha rede na sacada para proteger Michelzinho | Política | G1](#)>. Acesso em: 07/01/2023.

[Type text]

No ano de 2018, quando a restauração do mobiliário foi terminada, os móveis e os itens de decoração que compõem o ambiente foram desenvolvidos ao seu lugar de origem, respeitando a ambientação original do Palácio da Alvorada. Para visualização dos resultados alcançados há um vídeo⁴⁴ na plataforma *YouTube*.

⁴⁴ Vídeo do “Documentário Singularidade”. Disponível em:< [📺 Documentário Singularidade](#) >. Acesso em: 30/12/2022.

[Type text]

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro capítulo deste trabalho buscou refletir sobre a documentação museológica, a documentação de mobiliário, a origem do mobiliário moderno e sua relação com a arquitetura e espaço. No segundo capítulo foi feita uma pesquisa documental com o objetivo de descrever o Palácio da Alvorada, o mobiliário projetado por Anna Maria Niemeyer e o GT Obras de Arte. Por último, no terceiro capítulo foi descrito, analisado e exposto o resultado do trabalho realizado pelo GT Obras de Arte durante o processo de pesquisa, documentação, restauração, valoração e ambientação do mobiliário de Anna Maria Niemeyer para o Palácio da Alvorada.

O trabalho realizado durante a vigência do GT Obras de Arte foi iniciado em 2016 e finalizado em 2018, durante o procedimento foram realizados encontros semanais para pesquisa, catalogação e registro fotográfico nos Palácios e depósitos pertencentes à Presidência da República. Nos galpões utilizados como depósito os móveis se encontravam acomodados de forma precária e o ambiente não era favorável para conservação, muitos móveis se encontravam descaracterizados, quebrados e em estado de abandono. O reconhecimento dos móveis com base na pesquisa intrínseca e extrínseca foi de suma importância para o processo de documentação do mobiliário. A triagem foi realizada em conjunto com a catalogação e todos os móveis selecionados para restauração foram devidamente identificados. A ação da catalogação em conjunto com a pesquisa documental realizada anteriormente garantiu a identificação, triagem, descrição e restauração adequada. Ao todo foi possível identificar 110 móveis de conotação histórica e artística, o mobiliário de Anna Maria Niemeyer projetado para o Palácio da Alvorada está inserido na contagem total, os demais móveis possuem autoria de designers brasileiros e evidenciam a necessidade de futuras pesquisas para preservação do acervo. Os móveis caracterizam a continuação da estrutura arquitetônica das obras de Oscar Niemeyer, no período moderno o *design* total estabelece de forma linear o

[Type text]

projeto arquitetônico, de interior, decoração, luminotécnico e de paisagismo. Reafirmando a linguagem arquitetônica com expressão e coerência do início ao fim. A decoração e o acervo mobiliário projetado por Anna Maria Niemeyer para o Palácio da Alvorada, Palácio do Planalto, Congresso Nacional e o Supremo Tribunal contemplam a história da arquitetura, do mobiliário moderno brasileiro e da construção de Brasília. Os tornando um patrimônio cultural de característica única. O acervo da Presidência da República é de grande relevância para a história, não apenas política, mas também artística e cultural. O tratamento adotado pela Presidência da República para com seu acervo de caráter museológico, contemplando a decoração, obras de arte e mobiliário de conotação histórica e artística nos faz notar a necessidade de sistemas e protocolos para documentação de acervos em instituições onde a memória e o patrimônio institucional possuem ligação direta com a população. Auxiliando em futuras ações de manutenção, recuperação do acervo e comunicação.

REFERÊNCIAS

ACAYABA, Marlene Milan. Branco & Preto: uma história de design brasileiro nos anos 50. São Paulo: Instituto Lina Bo Bardi e P. M. Bardi, 1994.

ARGAN, Giulio Carlo. Arte Moderna - do iluminismo aos movimentos contemporâneos. São Paulo : Cia. das Letras, 2006.

BOTTALLO, Marilúcia. Diretrizes em documentação museológica. In: _____. Documentação e conservação de acervos museológicos. São Paulo: Brodowski, 2010, p. 48-74. Disponível em: . Acesso em: 25 ago. 2016.

BRANDI, C. Teoria da Restauração. Cotia: Ateliê Editorial, 2004, p. 30.

BRASIL. Decreto nº 9.054, de 17 de maio de 2017, que aprova as Estruturas Regimentais e os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão da Assessoria Especial do Presidente da República e dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Gabinete Pessoal do Presidente da República. Brasília, DF, mai. 2017.

BRASIL. Decreto nº 4.344, de 26 de agosto de 2002, que regulamenta a Lei nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a preservação, organização e proteção dos acervos documentais privados dos Presidentes da República, e dá outras providências. Brasília, DF, ago. 2002.

BRASIL. Lei nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a preservação, organização e proteção dos acervos documentais privados dos presidentes da República e dá outras providências. Brasília, DF, dez. 1991.

CÂNDIDO, Maria Inez. Documentação museológica. In: Caderno de Diretrizes Museológicas. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, 2006, p. 33-92.

CAMARGO-MORO, Fernanda de. Museus: Aquisição/Documentação. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1986.

CERÁVOLO, S. & TÁLAMO, M. de F. (2000). Tratamento e organização de informações documentárias em museus. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, (10), 241-253. Disponível em . Visualizado em 19 set 2018.

CHAGAS, Mário De Souza. Em busca do documento perdido: a problemática da construção teórica na área da documentação. Cadernos de Sociomuseologia, v. 2, n. 2, 1994.

COMITÊ INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO (CIDOC). CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS (ICOM). Declaração dos princípios de documentação em museus e diretrizes de informação sobre objetos: categorias de informação do CIDOC. Tradução: Marilúcia Bottallo. São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo; Associação de Amigos do Museu do Café; Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2014.

DORESTE, Gisele Vezú Ramos. Narrativa Sobre a Experiência Com a Gestão Dos Acervos da Presidência da República (2005-2018), 2018, p. 71. Especialização em Educação e Patrimônio Cultural e Artístico, Universidade de Brasília - UnB, Brasília, 2018.

FERREIRA, Frederico Hudson; TORRES, Fernanda Freitas Costa de. O Mobiliário de Anna Maria Niemeyer para o Palácio da Alvorada. Revista Estudos em Design, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <[O mobiliário de Anna Maria Niemeyer para o Palácio da Alvorada | Torres | Estudos em Design](#)>. Acesso em: 10/05/2022

FERREZ, Helena Dodd; BIANCHINI, Maria Helena dos Santos. Thesaurus: para acervos museológicos. 1º volume ordem sistemática. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 1987.

FERREZ, Helena Dodd. Documentação Museológica: Teoria para uma Boa Prática. Estudos de Museologia. Caderno de Ensaios, n.2. Rio de Janeiro Janeiro: MINC/IPHAN, 1994, p.65 a 74.

FERREZ, Helena Dobb; PEIXOTO, Maria Elisabete Santos (Comp.). Manual de catalogação: pintura, escultura, desenho, gravura. 2. ed. Rio de Janeiro: MinC / IPHAN / Museu Nacional de Belas Artes, 1995.

FERREZ, Helena Dodd. Tesouro de Objetos do Patrimônio Cultural nos Museus Brasileiros. Prefeitura do Rio, Secretaria Municipal da Cultura. Produção Fazer Arte. 2016.

FICHER, Sylvia e ACAYABA, Marlene Milan. Arquitetura moderna brasileira. São Paulo: Projeto, 1982.

IBRAM. Resolução Normativa N. 2, de 29 de agosto de 2014. Diário Oficial da União, seção 1, N. 167, 1 set. 2014.

LE GOFF, J. História e Memória. São Paulo: Ed. Unicamp, 1996. [original dos ensaios: 1987-1982] [original do livro: 1982].

[Type text]

LOUREIRO, José Mauro Matheus. A documentação suas diversas abordagens: esboço acerca da unidade museológica. Documentação em Museus - MAST Colloquia. Rio de Janeiro, v. 10, p.24-30, 2008

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. Museu, informação e arte: a obra de arte como objeto museológico e fonte de informação. 85 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

PINHO, Elsa Garrett; FREITAS, Inês da Cunha. Normas de Inventário – Normas Gerais – Artes Plásticas e Decorativas. Direcção de Serviços de Inventário–Instituto Português de Museus [ed.]. Lisboa: Instituto Português de Museus, 1999.

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos. Móvel moderno no Brasil. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1995.

SÃO PAULO (Estado); SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA; ACAM PORTINARI. Documentação e Conservação de acervos museológicos: diretrizes. Brodowski, SP:ACAM Portinari, Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2010.

SOARES, Ana Maria de Niemeyer. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1989. 16 p.

SOARES FILHO, Oscar Niemeyer. *Depoimento - Programa de História Oral*. Arquivo Público do Distrito Federal, Brasília, 1989. 27 p.